



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 2/2021

(mandato autárquico 2021/2025)

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** -----

**PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS** -----

**PRIMEIRO SECRETÁRIO – JOSÉ CARLOS VASCO JECAS** -----

**SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS** -----

Eram catorze horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: João Nuno Ferreira Pires, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel da Conceição da Silva Costa e Daniela de Almeida Rebelo que foram substituídos respetivamente pelos Deputados Municipais: Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Dinis António Tiago Sarmento, António José da Costa Vila Franca e Beatriz Isabel Mata Pires. -----

Estiveram também presentes além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Sónia de Jesus Afonso Salomé, Paulo José Castro Rogão e os Vereadores em regime de não permanência, António Nuno Baptista Mendes de Moraes, Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 61 Deputados Municipais: Camilo António Moraes, Manuel António Machado Carvalho, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Dinis António Tiago Sarmento, Manuel António de Sá Mico, Ana Cristina Moura Xavier Fernandes, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, Sandra Cristina Batista Matos, Ilídio João Alves, Carlos Alberto Maravilha Azevedo, Maria Inácia Ferreirinha, Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, Domingos José Ataíde Vaz, José António da Silva Madalena, Lília Margarida Pereira da Silva, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Beatriz Isabel Mata Pires, Manuel Jorge Machado Olaio, António José da Costa Vila Franca, Francisco Inácio Alves Oliveira, José Carlos Vasco Jecas, Maria

Adelaide Serra Carvalho, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Angelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Ramiro Borges Valadar, Abel Francisco Paulos Rocha, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro. -----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 44 votos a favor e 17 abstenções. -----

De imediato foi proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia e aceite por unanimidade, guardar um minuto de silêncio em memória do Sr. António Manuel Serapicos que foi Presidente da Junta de Freguesia de Talhas e membro da Assembleia Municipal ao longo de vários anos. ----

#### **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:** -----

**VERA CRISTINA AMARAL GABRIEL (PS)** – Que disse: “ Quero agradecer aqui publicamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo apoio e serviços prestados no processo de vacinação. Assim solicito ao senhor Presidente para que dê conhecimento a esta Assembleia do papel que teve o Município neste processo.” -----

**CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Senhor Presidente. Permita antes de mais que na sua pessoa deseje a toda a Assembleia a continuação de Boas festas e que tenhamos todos um próspero 2022 a trabalhar a favor dos Macedenses, que é para isso que aqui nos encontramos. Depois direcionando esta questão para a Câmara na pessoa do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Sónia Salomé tentar perceber porque motivo será este o quinto orçamento apresentado sem qualquer auscultação do Conselho Municipal de Juventude. Sabem, porque já aqui foi referido até mais do que uma vez, pelo menos por mim, que é obrigatório que este Conselho seja auscultado relativamente às políticas de juventude que o Município pretende seguir, que sejam auscultados relativamente áquilo que os jovens macedenses consideram importante que se faça e que se faça neste e com este orçamento e portanto muito me estranha que depois de pelo menos duas referências a este assunto, caiam no erro de novamente apresentar aqui um orçamento



G. car  
fin

que foge a este parecer que seria muito importante, no meu ponto de vista, do Concelho Municipal de Juventude, e, isto passasse também porque estando nós já num novo mandato o Conselho Municipal de Juventude ao longo destes 3 ou 4 meses ainda não foi constituído, o que me parece também uma falha relativamente grave, se tivermos em consideração que temos pelo menos 3 juventudes partidárias constituídas no concelho, temos associações juvenis e todos eles estão desejosos de participar e contribuir bem como de ajudar o próprio Executivo a fazer um bom trabalho e a representar condignamente aquilo que são os anseios da Juventude, e portanto deixar aqui não só um alerta mas também um pedido para que este novo ano nos permita trabalhar melhor nesse sentido e auscultar melhor os jovens e a juventude e permitir que haja essa participação e pedir que este efetivamente seja o último orçamento que se faça sem permitir e sem auscultar aquilo que são as preocupações dos jovens.” -----

**CARLOS ALBERTO FERNANDES (PS)** – Que disse: “ É um prazer estar aqui nesta plateia e neste órgão. É a primeira vez e como tal é mais difícil mas, trago aqui um tema que saiu hoje na comunicação social e que se chama o ciclo da pobreza. Portugal passou de três gerações para cinco gerações na proeminência da pobreza, isto quer dizer que as famílias levam mais tempo a sair do ciclo da pobreza do que levavam até aqui. E a culpa será da pandemia? Não sabemos. A nível municipal tenho de reportar ao nosso Município pelas boas práticas que tem tido, nomeadamente na habitação, educação, empregabilidade, na erradicação dos contratos precários (como consta deste orçamento) adotando contratos a termo incerto. Estas são medidas que permitem às famílias sair da pobreza e permitem às famílias uma nova visão e uma nova forma de estar para reduzir este ciclo e o sinal de pobreza. Deixo um desafio ao Município para que consigamos reduzir em pouco tempo este ciclo e tirar as famílias da pobreza em duas gerações. Parece muito tempo mas não, é pouco tempo e por isso lanço este repto ao Executivo para que todos ajudemos as famílias a sair da pobreza o quanto antes. “ ----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Fez a seguinte intervenção: “O CDS gostaria de dar os parabéns ao executivo eleito, Mesa desta Assembleia e restantes elementos que constituem a mesma e manifestar total disponibilidade para colaborar construtivamente para um futuro promissor para Macedo e para os macedenses. Estamos no início de uma nova caminhada ao serviço de todos os macedenses. Sabemos respeitar a decisão do povo, honrar os compromissos assumidos e defender não só os que em nós votaram mas todos aqueles que entenderam ser necessário fazer um caminho diferente. Agradecer a todos aqueles também que aceitaram dar a cara por um projeto liderado pelo Dr. Nuno Morais e Daniel Pires e todos aqueles que confiaram nesse projeto e que acreditaram que seria possível um novo rumo, um novo caminho. Como diria o poeta Rui Belo “ter cara é uma responsabilidade enorme” – aqui estamos para assumir as responsabilidades. Sentimo-nos honrados pela confiança depositada pelo povo, em o servir e em servir a causa pública. Responsabilidade para provar e demonstrar que somos dignos dessa confiança. Contudo, entendemos clarificar

que não pretendemos desonrar esta casa da democracia e discutir vírgulas e demais pontuações, discutão essa que não dignifica os trabalhos a que estamos obrigados a desenvolver e a honrar com a máxima eficácia que nos seja possível. Dito com entusiasmo ouvimos durante o período da campanha o que com enorme expectativa desejamos que venha a ser a mais genuína das realidades, Macedo inequivocamente acima de tudo. Nesse sentido colaboremos com os nossos melhores recursos para materializar investiremos as nossas melhores ferramentas na dignificação e valorização do nosso concelho bem como, e não menos importante, na reconquista do orgulho macedense, no regresso dos filhos da terra e ainda na apelabilidade para aqueles que nunca tiveram qualquer ligação com a nossa região. A par da colaboração também é nosso sentido de dever, aqui somos apenas funcionários do povo e iremos opor-nos a qualquer momento se for necessário. Acima de tudo colocaremos em causa as agendas próprias, isto é, as causas próprias e não as causas públicas, para as quais fomos eleitos. Também nos faremos ouvir quando nos forem dadas respostas esquivas a perguntas fundamentais, apesar da expectativa de ser sempre de uma resposta clara, pronta e esclarecedora é preferível a honestidade de ser remetida para uma resposta póstuma, mas inequivocamente uma resposta pautada pelo rigor e pelo serviço público de esclarecimento, pelo que, nos próximos 4 anos vamos fazer uma oposição, uma oposição com rigor e com propostas, 4 anos para ouvir e contribuir para a resolução dos problemas de Macedo. Quero só deixar aqui uma nota nesta perspetiva e voltando novamente a relembrar assuntos já dos anos anteriores, não podemos em campanha eleitoral estar sempre a falar da juventude e na importância que a mesma tem para o futuro de Macedo e depois não dar resposta aos seus problemas. Novamente refiro que os jovens que praticam basquetebol continuam sem condições dignas da sua prática. Estes jovens atletas praticam competição federada nos campeonatos regionais de Bragança, Vila Real e Viseu e nos Nacionais da Zona Norte. Representam orgulhosamente o nome da Cidade de Macedo e no entanto não é possível treinar e jogar num campo recentemente remodelado e com todas as condições para a prática deste desporto, onde outros jovens o fazem e bem na prática de outros desportos. Os nossos jovens atletas treinam nas designadas Naves de São Pedro, sem condições nenhuma de qualidade, nomeadamente o piso perigoso e escorregadio e com medidas inadequadas. Além destas condições adversas e devido a estas situações a federação portuguesa de basquetebol inviabilizou que a partir do dia 22 de dezembro possam ser efetuados jogos oficiais, ou seja estes jovens atletas para fazerem estes jogos terão de se deslocar a Bragança ou a Mirandela.” -----

-----  
**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Estamos a iniciar um novo ciclo em Macedo e portanto pretendo cumprimentar todas as pessoas que aqui se encontram como eleitos pela primeira vez. Na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista quero lembrar que temos de lutar todos pela mesma causa que é Macedo e, seremos leais nas propostas e esperamos o mesmo da parte da oposição. Em conjunto estaremos aqui com o interesse de que Macedo seja maior e melhor. Pretendia ainda colocar algumas questões ao Senhor



*Handwritten signatures and initials: "Lij" and "ab" above "fzr".*

Presidente da Câmara, e começava pela “polémica” que se verificou recentemente devido à iluminação de Natal em que a oposição até publicou um comunicado. Gostaria que nos explicasse o que se passou. Outra questão está relacionada com o cinema em Macedo e sobre esta questão a oposição, a meu ver, devia ter feito também um comunicado a dar os parabéns à câmara, pois foi com o apoio desta que temos novamente o cinema na nossa terra. Outra questão tem a ver com o Parque da Cidade mais precisamente com a ribeira que já sabemos que vamos continuar a ter problemas com o mau cheiro, e gostaria que nos informasse o que está o Município a pensar fazer sobre esta situação. Aproveito também para deixar um cumprimento a todos os candidatos macedenses que do círculo de Bragança são candidatos na Eleição da Assembleia da República em 30 de janeiro de 2022. Perguntar também à Câmara se é possível criar um centro de testagem gratuito para o COVID. Por último pretendia que nos dissessem também quais são os apoios e quais as candidaturas que já estão a fazer para o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).” -----

**DOMINGOS JOSÉ ATAÍDE VAZ (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Desejo que este seja um mandato promissor e que vá de encontro com o desejo de todos os macedenses, porque todos nós fomos eleitos e temos o dever de ajudar o Município, independentemente do partido que representamos. Estamos aqui por Macedo e, é aqui que nos devemos afirmar como macedenses. A campanha já lá vai e agora é tempo de união e de trabalharmos todos para o mesmo sentido e esse sentido que seja Macedo. Deixo aqui também uma nota para que o Município olhe para todas as Juntas da mesma forma e por igual e que nos deixemos de partidarismos para que os macedenses se orgulhem que este Executivo faça um bom trabalho para todos nós. Para terminar dizer a esta assembleia que vou doar o valor das minhas senhas de presença a uma Instituição por quem eu e a minha família temos muito carinho que são os Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros. Se alguém me quiser acompanhar nesta causa serão bem-vindos.” -----

**MARIA INÁCIA FERREIRINHA (PS)** – Que disse: “ Pretendo nesta intervenção dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para lhe perguntar da veracidade do que por aí se diz. Vamos ter uma Escola Náutica em Macedo? Dizer também que há quem questione se se justifica terem uma Escola Náutica e se será que isso vai contribuir para o desenvolvimento económico de Macedo. Também sei que este Executivo tem acarinhado muito o Ensino Profissional e não se tem privado de fazer todos os esforços para que ele venha para a nossa terra, e que numa reunião conjunta com a Sr.ª Ministra da Coesão Territorial foi abordada a questão da possibilidade da implementação de uma Escola Profissional em Macedo o que seria muito bom. Com isto o Senhor Presidente está de parabéns porque continua a dar provas que continua a trabalhar em prol do desenvolvimento da nossa cidade e sendo assim Macedo não está parado. Relativamente à iluminação de Natal foi dito numa reunião de câmara que era muito pobre. E pergunto o que tem o senhor Presidente a dizer sobre isto.” -----

-----  
**LUÍS FILIPE SARDINHA CABECEIRO (CDS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Queria felicitar o executivo pela vitória das últimas eleições, uma vez que ainda não tive a oportunidade de o fazer pessoalmente. Mas uma vitória tão expressiva para um segundo mandato traz também mais responsabilidades e mais sentido de estado e já não há desculpas que o Executivo anterior, já não se toleram os chamados erros de principiante, a exigência e o escrutínio sobre de nível. Permita-me então senhor Presidente que lhe diga que já estamos a começar mal. A marcação desta assembleia para a data de hoje, a 3 dias de terminar o ano e em plena época natalícia em que todos deveríamos estar junto das nossas famílias e no pico de uma nova vaga da pandemia Covid-19, em nada dignifica os órgãos representativo e o executivo do Município. Dá um ar de falta de programação, ineficiência e até de algum desprezo para esta assembleia. Assim Senhor Presidente peço-lhe que além de colmatar estas falhas, adote para este segundo mandato uma postura de diálogo com todas as forças vivas do concelho, oposição incluída. Una os macedenses e construa pontos para o futuro por forma a que todos juntos consigamos retomar o desenvolvimento económico que o concelho merece.” -----

-----  
**DUARTE FERREIRA DIAS (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Começo por falar numa coisa que me é muito querida que é o caminho-de-ferro. Falou-se recentemente na reabertura do troço Pocinho- Barca D’Alva mais para fins turísticos do que económicos. No entanto vem sempre à tona que o caminho-de-ferro foi algo que nos tiraram e é necessário que todos os macedenses e transmontanos deveriam querer ter novamente cá e que permitisse fazer um transporte funcional, económico, ecológico e que servisse a população e que permitisse também atrair investimento económico. E gostava ainda de perguntar ao senhor Presidente da Câmara se há algum mecanismo e articulação que a nossa Assembleia para além da moção que já aprovou e que foi proposta pelo Deputado Luís Vaz, se haverá alguma coisa que se possa fazer. Mas neste contexto há uma coisa que não podemos nem devemos fazer que é falar mal de Portugal lá fora. Pessoalmente fiquei contente que a alta velocidade espanhola chegasse perto de nós, mas fico muito triste por não estar em Portugal mas não me vou queixar ao Governo de Espanha por ela não estar em Portugal porque isso destrói a imagem exterior de Portugal. E, foi com estranheza que passadas poucas semanas na audição pública do Plano Nacional Ferroviário não vi ninguém, ou seja os mesmos que escreveram para o Governo de Espanha, a intervir construtivamente naquilo que pode ser a grande oportunidade que os transmontanos têm de trazer a ferrovia para Trás-os-Montes.” -----

-----  
**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse “ Em 30 de abril de 2021 faz amanhã precisamente 8 meses, realizou-se a Assembleia Municipal de Abril. Como é possível que 243 dias depois a ata relativa a essa Assembleia ainda não seja conhecida nem votada? Qual a justificação do senhor Presidente da Assembleia para isto acontecer? Nessa assembleia se bem se recordam foi votada e aprovada, por maioria, uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD em relação à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, uma proposta



eli  
Gij  
pin

fundamental para as Juntas de freguesia, para melhorar um bocadinho os escassos orçamentos que temos, para as Juntas serem pagas por serviços prestados ao Município e para os quais o Município recebe verbas. Gostaria que o senhor Presidente da assembleia me dissesse quais os motivos para ata dessa reunião ainda não estar feita e estarem as atas das duas reuniões seguintes, a de 25 de junho e a de 30 de setembro de 2021. Quais as diligências tomadas pelo senhor Presidente em relação à proposta aprovada nesta Instituição, o que fez, como e qual o seguimento que deu para o Órgão executivo, a Câmara Municipal? Conversou com o Executivo? Foi-lhe explicada a razão e essa razão é válida para não ser cumprida uma deliberação da Assembleia? Não é o Senhor Presidente Camilo Morais responsável pelo acompanhamento e por dar sequência às deliberações aprovadas nesta Assembleia? Porque não informou a Assembleia da tomada de posição do executivo e quais as razões que os levaram a não cumprir uma proposta aprovada por nós Assembleia? Esse é o valor que nós Assembleia Municipal temos? As reuniões servem somente para cumprir calendário ou para aprovar as intenções do executivo? A Assembleia é o garante da democracia, vamos neste mandato fazer jus a esta máxima, esta são palavras do senhor Presidente da Assembleia. Será que disse isto porque fica bem no postal, ou vai mesmo impor-se e dar poder a esta casa da democracia? Agradecia a sua resposta senhor Presidente. Em relação às perguntas do Deputado Municipal Manuel Mico sobre o cinema dizer que ficamos felizes porque o Executivo pegou numa proposta do nosso grupo de campanha eleitoral e colocou-a em prática mas é pena não adotar outras medidas que também achamos essenciais para o concelho. Em relação às luzes de Natal, como devem compreender não é com dois meses de antecedência que se prepara uma Cidade Natal. Isto foi dito na Assembleia Municipal de dezembro de 2017 pelo Senhor Presidente da Câmara e esta desculpa já não pode ser utilizada desta vez, porque não são dois meses, mas sim quatro anos e dois meses que estava no poder e podia ter previsto a festinha e ter posta a nossa Cidade mais bonita. O problema não são as luzes, são os quinze dias que perderam os comerciantes, são dois fins-de-semana e dois feriados que eles tiveram hipótese de melhorar o negócio e não havia nada na Cidade que atraísse as pessoas. O problema não são as luzes." -----

O Presidente da Assembleia Municipal no que diz respeito à ata de 30 de abril de 2021, referiu que é do conhecimento de toda a gente o constrangimento que teve o gabinete de apoio à assembleia, que não faz só o apoio a esta Assembleia mas que também faz o apoio à câmara, e a funcionária em causa esteve hospitalizada durante algum tempo, tendo por este motivo atrasado o trabalho. Dizer também que o Presidente desta Assembleia faz cumprir as deliberações decididas na Assembleia, ou seja, o que está previsto na Lei. Muitas das propostas que aqui se fazem são recomendações e a câmara só cumpre se quiser, ou se puder. -----

**BEATRIZ ISABEL MATA PIRES (CDS)** – Que disse: " Quero começar por desejar muito boa sorte a todos os novos eleitos e que estes quatro anos sejam de melhoria e de muito trabalho. Venho reiterar aquilo que já aqui foi mencionado sobre o Conselho Municipal de Juventude.

Toda a gente sabe que compete aos Conselhos Municipais de Juventude pronunciar-se e emitir parecer obrigatório sobre o Orçamento Municipal, no que respeita às dotações afetas às Políticas de Juventude, pelo que o Conselho Municipal de Juventude deveria ter sido ouvido para a elaboração deste orçamento. Ora, nós somos jovens que queremos e devemos ser ouvidos e, falo por mim, e por todos aqueles que dão a cara pela Juventude de Macedo e acho que se um dos objetivos é inovar Macedo, modernizar e chamar mais gente, porque não falar com aqueles que estão mais próximos da inovação, das novidades, da modernização, daqueles que estão mais próximos da realidade que queremos trazer para aqui? E sim, para os jovens Macedo está parado e precisamos de mais, muito mais. Precisamos de oportunidade, precisamos de muito mais do que aquilo que temos tido até agora. É pena que muitos jovens estejam a ser desperdiçados. Muitos jovens com qualificações que infelizmente têm que ir estudar para fora e têm que se qualificar lá fora e por lá ficam. É pena porque Macedo merece muito, muito mais e aqui temos jovens com sede de mudança.” - -----

**ROGÉRIO PAULO TALHAS PIRES (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Porque aqui há uns meses atrás nos foi aqui apresentado um projeto da Zona Industrial, o qual eu aplaudo e concordo na sua totalidade, e todos nós sabemos e pelo menos para mim passa por ser um dos principais motores económicos no nosso concelho e talvez do Distrito, pergunto de que forma é que as obras que eram para ser implementadas no melhoramento da urbanização que existia, mais concretamente qual o ponto da situação, tal como o da expansão e da implementação de mais e novas empresas. Sabemos que a Zona Industrial pode ser um ponto de emprego para o concelho, pois a sua localização é excelente e pode ser um fator preponderante para que a linha da ferrovia de mercadorias volte ao concelho de Macedo de Cavaleiros. A Zona Industrial pode ser também um fator preponderante para trazer mão-se-obra qualificada de jovens, e trazer os macedenses que estão fora de novo a esta terra. Não tenham dúvida que a Zona industrial pode efetivamente ser o alavancar do concelho e até do Distrito.” -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Fez a seguinte intervenção: “Ouvimos desde há alguns meses a possibilidade de instalação de um Centro de Estágio das seleções da Associação de Futebol de Bragança, em Lamas. E, diga-se, sendo conhecidos os argumentos apresentados, particularmente a proximidade com a A4, o Azibo e a extraordinária capacidade de instalação no campo de futebol, onde além de campo de jogos é possível construir um pavilhão com custos menos volumosos que em qualquer outro local, podendo-se também aproveitar o edifício atualmente existente que tem balneários renovados e um salão de grande capacidade para palestras ou reuniões de trabalho, é efetivamente um local muito bem escolhido. É evidente que não há melhor relação na ponderação das variáveis, localização e capacidade de instalações no nosso concelho. Aliás, a instalação de um projeto deste género no concelho que não seja em Lamas, só poderá ter justificação se a substituição se fizer pela cidade de Macedo, com o único argumento de potenciar o necessário dinamismo da sede de



aw  
Lij  
jm

concelho. Só mesmo assim se justificaria haver razões suficientes para essa hipotética alteração. Neste sentido, pergunto ao Sr. Presidente, e agradecendo desde já também os esforços da Câmara Municipal em trazer este projeto para o concelho em particular para Lamas, pergunto, dizia eu, qual o ponto de situação relativamente à instalação deste Centro de Estádio da Associação de Futebol de Bragança.” -----

**JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – Que disse: “ Pretendo dar conhecimento que no âmbito das funções que me foram conferidas enquanto representante dos Presidentes de Junta de Freguesia na Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu nos dias 11 e 12 de dezembro o XXV Congresso da referida Associação que decorreu em Aveiro, dar nota que na abertura esteve presente o Senhor Primeiro Ministro e no encerramento o Senhor Presidente da República. Este Congresso trouxe algumas novidades, nomeadamente que pela primeira vez foi eleita Presidente da Associação uma senhora, a Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro. Dar nota também que o senhor Primeiro Ministro no seu discurso anunciou que se ganhar as eleições de 30 de janeiro no próximo mandato vai avançar com a Regionalização e para o efeito fará um referendo. Relativamente a esta questão fiquei um pouco preocupado, apesar de ter ficado contente, pois sou um regionalista convicto, porque estarão a prever a criação de 5 regiões e a ser assim, a nossa região irá ficar integrada junto do Porto, o que no meu ponto de vista não será nada vantajoso para nós, além de que entendo que a nossa região devia ser denominada “Trás-os-Montes e Alto Douro”, à semelhança do Alentejo que é uma região e do Algarve que também é uma região. Ao que sei da parte do Presidente do PSD, Dr. Rui Rio anteriormente era contra a regionalização, mas agora, já encara a possibilidade de se fazer desde que contemple certos parâmetros. Portanto se no próximo mandato legislativo for efetivamente para avançar a regionalização, seria importante que todos nós a nível regional independentemente das cores partidárias que cada um representa e defende, nos uníssemos e tentássemos começar já a trabalhar no sentido de pressionar a nível Central, para que se vier a ser instituída a regionalização que não sejam 5 regiões, porque como já referi se ficarmos integrados no Porto nós aqui no interior ficaremos a perder. Por último, informar que o nosso Presidente da Câmara Municipal foi eleito para integrar as listas da composição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, como Vice-Presidente do Concelho Fiscal.” -----

**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Começo por dar os parabéns pela vitória deste Executivo, esperando que estejamos todos a navegar para o mesmo lado. Pretendia na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, Travanca e Nogueirinha colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente às obras que têm vindo a ser executadas no Bairro de São Francisco. Tenho conhecimento que estava previsto terminarem dia 31 de dezembro de 2021 e que foi autorizada uma prorrogação do prazo da obra, posto isto, gostaria de saber se a obra vai ser

concluída a tempo e se os trabalhos que foram propostos bem como a sua qualidade equivale ao que estava proposto no seu início.” -----

**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Que disse: “ Passados 4 anos encontro-me nesta Assembleia numa outra condição. Fiquei honrado por ter pertencido à Mesa da Assembleia Municipal durante quatro anos, no entanto honro o lugar muito quieto e parado, pois gosto mais da intervenção cívica e como elemento desta Assembleia mais ativo. Dizer também que esta intervenção vem no seguimento do facto de ter sido membro da Mesa da Assembleia e algumas das situações ainda me dizem respeito enquanto Secretário da Mesa, em relação à questão aqui levantada sobre da ata de abril de 2021 e como já aqui foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, a funcionária da câmara que dá apoio a este Órgão, tem outras atribuições, durante o decorrer do ano de 2021 esteve ausente do serviço, nomeadamente durante o mês de maio e novembro, por motivos de saúde. Nas reuniões todos os assuntos que são de responsabilidade legal são aprovados em minuta, não existindo aqui nada de ilegal nem de desrespeito por esta Assembleia com as decisões que aqui são tomadas. Há depois a elaboração da ata para depois poder ser aprovada. Penso que todos estamos aqui de boa-fé e que ninguém vai duvidar que se vá colocar na ata outra coisa que não seja aquilo que aqui se passou. Relativamente a outra situação aqui abordada pelo Deputado Municipal Luís Cabeiro quando diz “...há uma falta de programação e de desprezo pela Assembleia Municipal por causa da reunião se realizar nesta altura de festividades...”, e sobre isto informar que, antes da marcação da data da realização da Assembleia, reúne a Comissão Permanente que é constituída por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, onde é decidida a data e nunca o representante do partido que representa manifestou desagrado relativamente à data. Sobre o Conselho Municipal de Juventude, dizer que é bom que os jovens entrem e participem ativamente nas decisões do Município, nomeadamente no Orçamento, mas salientar que no passado o PSD nunca mostrou grande interesse em que o referido Conselho fosse constituído e que pudesse apresentar propostas aquando da elaboração do orçamento. Quanto à questão da Regionalização abordada pelo Deputado Municipal João Alves, colocava uma questão ao Senhor Presidente da Câmara porque também se fala das bio regiões e como tenho alguma dúvida, gostava nos pudesse esclarecer do que se trata.” -----

**DANIEL FILIPE ESPIRITO SANTO RAMOS PIRES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Queria desejar a todos sem exceção, um bom mandato para os próximos 4 anos, desejar a continuação de boas-festas com tranquilidade e saúde a todos. A minha primeira intervenção na Assembleia Municipal e que marca também a minha estreia queria desejar, especialmente a todos os Deputados pela primeira vez eleitos, tal como eu, boa sorte, bom trabalho e que daqui a 4 anos possamos deixar o nosso querido concelho pelo menos um pouco melhor do que aquilo que encontramos hoje. -----



Caro  
Cid  
Jiu

A minha intervenção visa sobretudo sublinhar valores de cooperação e de solidariedade. Sem cooperação e sem solidariedade nada muda, nada avança e tudo fica igual. Assim, gostaria que no mandato que agora começa pudesse haver entendimento entre grupos parlamentares cooperando em prol de um concelho melhor. Desejaria também que o Ano Novo trouxesse o fim do favorecimento de uns em detrimento de outros, sem individualizações e sem telhados de vidro. Com Partidos sim mas sem partidarite, sem nos deixarmos levar pelo sectarismo político envidando esforços para sermos mais cooperantes para que o nosso concelho cresça, se desenvolva e consigamos inverter ou travar a quebra demográfica, o abandono do meio rural, a contração da economia, a quase ausência de Indústria e a falta de crianças e jovens. Por todos tudo fica mais fácil. Que assim seja. Neste seguimento, deixava apenas, um agradecimento e três esclarecimentos ao Exmo. Senhor Presidente: Agradecimento: queria parabenizar o Executivo Municipal pela reabertura do cinema que tanta falta faz à nossa Cidade. Esclarecimentos: Em relação às obras da Cidade gostaria que elucidasse, não a mim mas a todos os macedenses, os motivos que levam ao prolongar das obras que decorrem, algumas delas que já pararam várias vezes e outras que se arrastam no tempo e que parecem não querer terminar. Pedir também que nos informasse do cronograma previsto para as obras, pelo menos para as mais estruturais, e o prazo de conclusão previsto para as mesmas. Deixava também um pedido de esclarecimento sobre a propalada Empresa Multinacional que anunciaram para o nosso concelho, se podem avançar aqui hoje o nome dessa Empresa, quando se instalará e quantos postos de trabalho vai criar. Um terceiro esclarecimento em relação aos Campos de Paddle, se efetivamente vão ser uma realidade para o nosso concelho, se é para manter e se sim, quando é que poderemos estrear estes Campos." -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões e esclarecimentos colocados, à Deputada Municipal Vera Gabriel, que sobre a Vacinação COVID disse que o Município fez o que lhe era devido, tendo ao longo deste processo, andado sempre na linha da frente e sempre em sintonia com a ULSNE, disponibilizando desde o início da Pandemia com os riscos e as limitações financeiras que a Autarquia tinha, pois ainda hoje estamos à espera do que o Governo prometeu para o investimento feito no âmbito do COVID, e neste aspeto também a ULSNE está de parabéns porque está a cumprir, pois temos no nosso concelho o maior índice de vacinação do País e do Mundo, prosseguindo a um bom ritmo. -----

Ao Deputado Municipal Carlos Rodrigues dizer que certamente irão ter novidades no que diz respeito ao Conselho Municipal de Juventude, e contrariamente ao que referiu, dizer-lhe que este executivo ouviu os jovens e o orçamento reflete intervenção na área jovem, pois é nossa intenção avançar com o orçamento participativo jovem, temos bolsas para apoiar a juventude superior aos outros concelhos e a juventude para nós é uma prioridade. -----

O Deputado Municipal Carlos Fernandes manifestou aqui alguma preocupação com a pobreza, mas tudo aquilo que a câmara faz neste momento, é no sentido de contrariar estes índices de insuficiência em algumas áreas sociais e também melhorar a empregabilidade, e é por esse motivo que a Zona Industrial é uma das prioridades deste executivo. É nossa vontade também reduzir o ciclo não em duas mas em uma geração. -----

Quanto á intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes, dizer que gostei do seu discurso e que é com orgulho que aceitamos as sugestões que aqui nos são dadas pelos Deputados Municipais, pois Macedo para nós está acima de tudo. Sobre os recintos de treino para os jovens, já está previsto no orçamento o valor a investir nas novas tabelas para o basquete e pode assumir que vai ser uma realidade. -----

O Deputado Municipal Manuel Mico abordou a questão das luzes de Natal, situação que já expliquei várias vezes, mas repito que foi uma questão de conciliar orçamento com um fornecedor do nosso concelho e o atraso da sua instalação, vai ser compensado. Quanto ao cinema é um facto e congratulo-me com as ideias de toda a gente desta assembleia e de todas as tendências políticas, mas de facto o que nos interessa é pugnar pela melhoria da qualidade de vida da nossa população, nomeadamente da parte cultural. Quanto à realização de testes COVID aos funcionários do Município, vamos considerar essa sugestão e se for viável iremos fazê-lo. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Domingos Vaz, dizer-lhe que o que este Executivo irá fazer é obviamente tratar todas as Juntas de Freguesia com justiça. Quanto à atitude de doar aos Bombeiros o valor da senha de presença nas Assembleias, é de louvar e gostaria até que fosse acompanhado por mais pessoas e, se possível não só para os Bombeiros mas também para outras Instituições do Concelho, como é por exemplo o caso da CERCIMAC.

Quanto à questão deixada pela deputada Municipal Inácia Ferreirinha, dizer em primeiro lugar que temos a Estação Náutica que foi certificada e já tem representatividade no catálogo nacional pelo reconhecimento de condições. Posteriormente irá ser construído o Centro Náutico que nos irá criar potencialidades na vertente desportiva, que se irá refletir na vertente económica. Sobre o Ensino Profissional dizer que já existe em Macedo (Piaget), mas não está fora de questão a criação de uma escola mais abrangente e que possa corresponder aos anseios da população jovem do território, nomeadamente na área da Proteção Civil. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Luís Cabeceiro, dizer-lhe que aceito a felicitação pela vitória de 26 de setembro, que efetivamente foi expressiva por vontade do povo. Quanto à existência de mais responsabilidade, dizer que sempre o fizemos com frontalidade respeitando sempre a vontade e as melhorias de condição da população. Sobre a falta de programação na marcação das Sessões da Assembleia, o Deputado Municipal Manuel Carvalho na sua intervenção respondeu muito bem, pois elas são marcadas após reunião da Comissão Permanente, onde todos os partidos deste órgão têm assento e onde podem sugerir a data. -----



es  
Lij  
pju

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Duarte Dias, aproveito para me congratular pelo facto de termos aqui mais uma voz jovem, e aproveito para dizer que comungo dessa sua ideia relativamente à reabertura e reaproveitamento da linha ferroviária, pois sou muito apologista disso, porque é muito importante, seja pela vertente turística seja pela comercial. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal David Martins, relativamente à falta da ata de abril de 2021 já foi respondido pelo Senhor Presidente da Assembleia, e quanto ao Natal foi feita efetivamente a programação, pois a CERCIMAC já começou a trabalhar há uns meses e prometeu que iríamos ter a Cidade Natal a tempo e a horas, sem nunca ter posto em causa que iria perder as eleições. Quanto à transferência de competências, só podemos cumprir se pudermos, mas de facto nas prioridades deste Executivo obviamente que havendo uma situação de emergência as freguesias são a prioridade e no início de janeiro começaremos a negociar com cada uma das freguesias as transferências dentro das possibilidades da Câmara. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Beatriz Pires, mais uma jovem o que me deixa muito satisfeito dizer que vamos avançar já para o orçamento participativo jovem, a câmara quer ouvir-vos sempre porque os conceitos de modernização e de inovação são sempre importantes e é bom trazer novidade às Assembleias, e que passem para a praça pública e fazer com que o nosso concelho progrida e avance e estamos a trabalhar no sentido de criar condições para os jovens. -----

Quanto ao Deputado Municipal Rogério Pires que abordou a questão da Zona Industrial, dizer que esta é efetivamente um dos nossos pilares económicos, já fizemos lá muito trabalho nomeadamente infraestruturas e temos agora um investimento de cerca de 1 milhão de euros, temos já a sua expansão programada, já existe o projeto que foi elaborado por um arquiteto da nossa terra e é nossa pretensão modernizar toda a Zona Industrial começando já pela sinalética, e temos conhecimento que já existe interesse na instalação de um restaurante e de um hotel. Temos estado a lutar pela plataforma logística regional e já fizemos sentir ao Governo que a queremos aqui, pois temos todas as condições para que isso possa ser uma realidade. Dizer também que não desistimos da ligação à Godiña. As novas Empresas tem-se candidatado e a Câmara tem uma série de Candidaturas já aprovadas, sendo uma delas na área de acolhimento empresarial com cerca de 7 milhões de euros, onde a câmara de Macedo está entre as doze contempladas e Macedo já passou a 2.ª fase mas há ainda a 3.ª fase. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Jorge Olaio, eu próprio tenho acompanhado as visitas que a Associação de Futebol de Bragança tem feito e a Federação, certamente irá decidir de acordo com a informação que a Associação de Futebol de Bragança irá fazer, mas pelo que deram a entender Lamas não será a que tem melhores condições, e esta é uma questão que não depende só da câmara e lembro que estamos a competir com outros concelhos muito agressivos, Mirandela e Bragança. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal João Alves, comungo da questão da Regionalização, pois sou um regionalista convicto há muitos anos. Agradeço ter mencionado

que fui eleito como representante num dos principais órgãos da Associação Nacional de Municípios. -----

O Deputado Municipal Sérgio Borges, fez referência às obras que decorrem no Bairro de S. Francisco de Assis e de facto concedemos a prorrogação do prazo da obra, porque surgiram vários contratemplos. Quanto à qualidade dos trabalhos que foram propostos e à sua execução, temos os fiscais constantemente a acompanhar as obras, o próprio Executivo quando há dúvidas vamos lá e temos resolvido os problemas e diferendos pontuais que tem havido. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Manuel Carvalho, dizer-lhe apenas que gostei do que disse, pois foi objetivo e frontal. Quanto às bio regiões dizer-lhe que é uma aposta também do Município de Macedo de Cavaleiros e vamos submeter uma Candidatura para este efeito, em conjunto com o Ministério da Agricultura e com a Associação de Municípios do Baixo Sabor. Está direcionada para criar uma marca Bio com produtos certificados que irão melhorar a nossa performance económica junto do Mundo Rural, pois temos produtos de muito boa qualidade, mas têm de ser certificados e de ter o selo da Bio Região. -----

Por último e relativamente à intervenção do Deputado Municipal Daniel Pires, dizer-lhe que também o executivo pretende cooperar, ser solidário e ter aqui um concelho melhor daqui a 4 anos. Esta é a conduta deste Executivo, aliás sempre foi o que pautou o nosso trajeto e queremos acima de tudo quando admitimos funcionários que haja isenção, e a prova disso é irem ver os últimos concursos realizados e verem quem entrou, e a maior parte deles são da simpatia do PSD. A questão da falta de crianças é um problema que afeta toda a região e apesar de tudo, o concelho de Macedo ainda não tem um saldo razoável e estamos a fazer tudo o que é possível para que possamos contrariar estas dificuldades de nascimento de crianças, que são sobretudo por razões económicas e não propriamente pelo esvaziamento demográfico de jovens, e temos de criar condições para que eles criarem o primeiro emprego e se possam fixar. Relativamente ao prolongamento das obras, a justificação é pelas contingências, não só do estado do tempo, mas também do COVID que fizeram com que as mesmas registassem um grande atraso, no entanto estamos agora a compensar, e penso que a maior parte das obras vão estar concluídas até 30 de junho de 2023. Quanto à questão dos Campos de Paddle, a dificuldade prende-se apenas com os vidros necessários para os Campos, porque os fornecedores não estão a conseguir entrega-los. Sobre as Empresas multinacionais, temos de facto várias propostas mas neste momento não temos terrenos para os podermos instalar e é por esse motivo que estamos a proceder à expansão da Zona Industrial. -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra.** -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Que disse: “ O senhor Presidente disse que Macedo estava numa das 12 Cidades eleitas e numa competição com estas, convicto de que iria obter sucesso na competição. No entanto na pergunta que lhe fiz em concreto mostrou-se renitente na luta com Bragança e Mirandela, e porque a decisão é da Federação de Futebol



*Handwritten signature and initials*

nada podendo a câmara fazer. Como explica que na luta com Cidades maiores que a nossa, como é o caso de Vila Real, Braga, Guimarães tem o peito forte e na luta com Mirandela e Bragança tem tantas dificuldades?” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Como sabem esta reunião é a do orçamento e podia ser marcada ou para o mês de novembro ou dezembro. A Comissão permanente foi convocada dia 16 de dezembro para reunir no dia 20. O orçamento só foi aprovado pela Câmara Municipal em 17-12-2021, ou seja, era impossível a Comissão Permanente sugerir uma data anterior a esta, tendo em conta a data em que foi realizada a data da reunião de câmara. No caso das bio regiões contrariamente ao que disse senhor Presidente, nós não somos a primeira, porque já existem 4 em Portugal, nomeadamente em Idanha-a-Nova, Alto Tâmega, São Pedro do Sul e a Margem Esquerda do Rio Guadiana. Sobre a proposta que o PSD apresentou na sessão de abril de 2021, dizer que não foi uma recomendação, foi efetivamente uma proposta com valores concretos. Foi votada por maioria, com apenas 8 abstenções, ou seja, os 3 Grupos Parlamentares com assento na assembleia, nesta data, incluindo os do PS votaram na sua maioria a proposta. Na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 30.º, n.º 1, alínea j) diz: “...Compete ao Presidente da Assembleia Municipal exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe são determinadas pelo Regimento ou pela Assembleia Municipal...”. Esta Lei encontra-se também no nosso Regimento Municipal no artigo 23.º, n.º 1, alínea j). Ora, no mesmo Regimento no artigo 18.º onde estão “Competências de Apreciação e Fiscalização, no ponto 2 diz “...Compete ainda, à Assembleia Municipal, na alínea d), solicitar e receber informação através da Mesa e a pedido de qualquer membro sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações anteriores...”. O artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal diz “...Poder dos Deputados Municipais – No ponto 1: No regular exercício do seu mandato constituem poderes dos Deputados Municipais, alínea c) – apresentar propostas e moções. Na alínea e), solicitar à câmara municipal por intermédio do Presidente da Assembleia as informações e esclarecimentos que entendam necessários...”. E, em relação à ata do mês de abril, na mesma Lei (75/2013, de 12 de setembro) no artigo 30.º, n.º 3 diz, “...competem aos secretários coadjuvar o presidente da assembleia municipal no exercício das suas funções, assegurar o expediente e, na falta de trabalhador designado para o efeito, lavrar as atas das sessões...”. No artigo 57.º, n.º 4 diz “...as deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores...”. O que me leva a pensar senhor Presidente da Assembleia, que a ata ainda não foi redigida, nem aprovada, não por falta de meios, mas sim com segundas intenções. E pelo que vi nos documentos previsionais que iremos votar no ponto 2.9 da Ordem do Dia, até percebo quais foram essas intenções. Em relação a este assunto só tenho a dizer que a maioria não isenta o cumprimento da legislação e o cumprimento da lei, dá-lhes aliás uma maior responsabilidade para demonstrar que o seu cargo, apesar de representar um partido, deve ser isento e demonstrar essa isenção a esta Assembleia, que tal como o senhor

Presidente, foi eleita para servir da melhor forma as aldeias, a cidade e o concelho que representamos. Vou aguardar desenvolvimentos sobre este assunto, sobre a ata e depois agir em conformidade, se necessário, comunicar com as estâncias superiores administrativas que saberão quais as medidas a tomar.” - -----  
-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** informou o Deputado Municipal David Martins que a proposta que apresentou na sessão ordinária de abril interferia com o orçamento e a Assembleia, infelizmente, não tem poderes para o poder modificar. Quando o PSD se recusou sempre a alinhar nas alterações da legislação autárquica da lei eleitoral, se isso um dia acontecer e passem a dar poder às Assembleias para poder alterar o orçamento da câmara, aí o senhor deputado teria razão mas neste momento não tem. Quanto ao resto pode proceder conforme bem entender. -----  
-----

**DUARTE FERREIRA DIAS (PS)** – Que disse: “ Pretendo perguntar se o Conselho Municipal de Juventude está ou não está constituído?” -----  
-----

**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Na sequência da intervenção do Deputado David Martins que fez referência à intervenção da Mesa da Assembleia nos termos da Lei. Enquanto Secretário da Mesa da assembleia uma das coisas que sempre respeitei são os funcionários da câmara, nunca me iria imiscuir no trabalho desses funcionários, nomeadamente no que diz respeito à elaboração das atas e muito menos mediante os motivos que causaram a ausência da funcionária que nos dá apoio, Nunca fiz pressão para que a ata fosse elaborada porque me foi dada sempre a justificação da não elaboração da mesma. Mas é grave quando o senhor Deputado vem dizer, que há aqui uma segunda intenção para não haver a ata e quanto a isto, quando fizer este tipo de acusações terá de as efetivar, até porque o que se passou na Assembleia está gravado e as pessoas podem consultar a gravação e o próprio Ministério Público, caso assim o entenda, e que faça bom jus às suas palavras cá estaremos para responder a essa situação. Mas também há que dizer aqui, que estive durante estes 4 anos com o Senhor Deputado nas Comissões Permanentes, onde a maior parte das vezes entrava mudo e saía calado, e vem depois na Assembleia colocar em causa situações do funcionamento desta Assembleia e não só, e isso admira-me muito, o que me leva a concluir que não o fazia porque não tinha câmara a gravar.” -----  
-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----  
-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer, ao Deputado Municipal Jorge Olaio, que continuo convicto e que acredito que mais facilmente tenhamos um Centro de Treinos em Macedo, do que a área de Acolhimento Empresarial que envolve tantos milhões de euros venha para cá. Quanto à intervenção do Deputado David Martins, relativamente a toda



cebi  
C. J. P.

esta programação também há que entender que tivemos um ano de eleições e com isso tivemos grande dificuldade em preparar o orçamento e todas as outras atividades inerentes ao Executivo Municipal a tempo e horas. Quanto ao que o senhor Presidente da Assembleia disse, e também o deputado Municipal Manuel Carvalho que foi membro da Mesa e que nos alertou aqui para dados muito importantes, que nos ajudou aqui a entender algumas coisas. Dizer também que a nossa atitude relativamente às competências tem única e exclusivamente a ver com uma questão de gestão. Temos apostado nas Freguesias, e até me atrevo a dizer que fizemos um maior investimento nas Freguesias de sempre, e até me custa a acreditar que digam que não queremos investir nas Freguesias, e acreditem que vamos renegociar em janeiro todos os contratos com estas. No que diz respeito á intervenção do Deputado Municipal Duarte Dias sobre o Conselho Municipal de Juventude, dizer que no início de cada novo mandato é necessário eleger novos elementos para integrar o mesmo e este executivo quer ouvir e ter contributos dos jovens para a estratégia municipal e ninguém se manifestou. -----

De seguida o Deputado Municipal David Martins solicitou a palavra para defesa da honra, o que lhe foi negado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal por entender que o que foi dito nas intervenções agora proferidas em nada o ofenderam, antes pelo contrário apenas diziam verdades. -----

Na sequência desta decisão solicitou a palavra o **Deputado Municipal José Madalena**, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e disse o seguinte: “ Relativamente a esta questão a prática habitual não é o Presidente da Mesa da Assembleia decidir sobre a defesa da honra de um Deputado, pois quando é invocado com razão ou sem razão, normalmente é concedida. -----

Na sequência desta intervenção o Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração do plenário e à votação se o Deputado Municipal usaria ou não da palavra, tendo-se registado 28 votos contra e 1 abstenção, não lhe concedendo portanto a palavra. -----

## **ORDEM DO DIA** -----

### **PONTO 2.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

#### **Abertas as inscrições, usaram da palavra:** -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Normalmente nós só vamos para onde somos convidados. Foi uma declaração de uma pessoa da minha aldeia e se

calhar é por isso que ficou tão afetada agora. Quanto à intervenção do Deputado Manuel Carvalho está tudo explicado da falta da sua preparação nas Assembleias. -----

Sr. Presidente da Câmara, tenho conhecimento que esteve em Paris na Feira Náutica acompanhado de mais um membro do Executivo. Deve ter sido por lapso que não vi essa informação constasse da sua informação escrita, mas gostaria de saber quais as vantagens. É certo que o senhor Presidente já levantou aqui um pouco o véu sobre o Azibo, e também gostava de saber porque motivo a sua ausência quando o Embaixador de Portugal visitou o Pavilhão, vi fotos desse momento e fiquei triste porque não o vi nem a si nem ao vereador que se deslocou com o senhor Presidente, como já referi a Paris. Quero aqui louvar a ideia da ação do Geoparque com a iniciativa “ao bolo ou à fatia, seja solidário por um dia”. Mas como no melhor pano cai a nódoa tenho de lhe demonstrar também a minha indignação, pois não havia necessidade de expor a família que recebeu a ajuda pois, o Geoparque podia ter tirado apenas fotografia dos cabazes, das prendas e do que conseguiu recolher para entregar sem expor a família. As crianças que fazem parte desse agregado familiar não mereciam isso. Para sermos grandes não precisamos de mostrar a fraqueza dos outros, por isso, sou a favor que se repitam mais ações do género mas não a expor as pessoas.” -----

-----  
**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Desde o início do mandato que aqui temos dito que iríamos colaborar, mas acho que para que isso aconteça temos de respeitar as opiniões de cada um, mesmo que sejam opiniões diferentes pois se assim não for só não iremos dignificar esta “casa” como iremos fazer um péssimo espetáculo e os interesses de Macedo acabam por não ficar em primeiro lugar. -----

-----  
Na sequência da informação escrita percebi que o Senhor Presidente tinha tido algumas reuniões com o Sr. Diretor da Segurança Social e estas tinham em vista por fim à transferência de competências da segurança social para a Câmara Municipal. Gostaria de saber que tipo de competências irão à partida ser transferidas, e ainda se essa alteração também já está contemplada nesta nova reorganização da Câmara Municipal, atendendo a novas competências, novos funcionários, pois penso que isto já devia estar acautelado para não andarmos depois quando vierem outras competências, como as do Centro de Saúde um pouco atrás.” -----

-----  
**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** – Que disse: “ Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, muitas das questões que eu pretendia abordar já aqui foram esclarecidas em questões suscitadas no período de antes da ordem do dia, nomeadamente em relação às reuniões que houve sobre a Zona Industrial, nomeadamente o interesse nos Lotes. Já sabemos que muitas das coisas são confidenciais até haver uma decisão relativamente a quem está interessado. Se havia interesse nesta nova fase gostaria de ser informado se há alguma dificuldade na concorrência com os grandes centros, pois neste caso em concreto a única coisa que a Câmara pode fazer é diminuir o valor do Lote e isentar do pagamento de



es  
Cij  
/r

impostos mas é claro que no caso do nosso Município com uma dívida de cerca de 8 milhões de euros, não será muito fácil esta prática, contudo tentar se possível, que as zonas baixas da Cidade tivessem uma isenção de impostos e fiscal, como forma de cativar mais Empresas.” ----

-----  
**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “  
Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, começo por dar os parabéns por reativarem o Cinema em Macedo de Cavaleiros. Era uma das propostas que constava do programa eleitoral do PSD e portanto sem qualquer problema deixo aqui os meus parabéns porque efetivamente também desejávamos que assim fosse. Já não poderei dar os parabéns no que diz respeito à iluminação de Natal, pois como bem sabeis o PSD tomou uma posição quando a isso e a meu ver o que aconteceu aqui foi simplesmente falta de planeamento, pois basta ver o contrato da adjudicação que foi celebrado no dia 3 de dezembro. Ainda sobre esta questão dizer também que admiro que o senhor Presidente dê exemplos e nos queira comparar com os piores, quando na verdade devia comparar-nos com os melhores. Dizer-lhe ainda que discordo com o senhor Presidente, porque o interesse geral do Município tem de prevalecer sobre o interesse particular do empresário, mesmo que este seja da nossa terra. Obviamente que como condição preferencial em caso de igualdade nas propostas, devemos adjudicar aos da terra mas, o interesse geral do Município deve prevalecer e portanto acho que se as coisas tivessem sido feitas a tempo e a horas, tinham sido planeadas e adjudicadas em tempo oportuno e provavelmente no dia 1 de dezembro estaria Macedo todo iluminado. -----  
Relativamente à relação das reuniões que o Senhor Presidente foi tendo vou pedir alguns esclarecimentos sobre os desenvolvimentos que daí decorreram. Teve um encontro com o Dr. Orlando e com o Dr. Albano do IPB sobre a Escola de Negócios, CTTEPS, Alojamento e Transporte de alunos do IPB e Instalação de Empresas na Área da Tecnológica do Município. Dizer que efetivamente é isso que nós precisamos, pois vamos tendo notícias do sucesso que o Brigantia Ecoparque vai tendo na área da criação de empresas na área tecnológica, já tivemos notícias recentes da instalação de uma multinacional e nós estamos desejosos de que Macedo comece a seguir estes exemplos. Também na informação escrita, vejo uma informação relativamente a um encontro com a DGEstE, e porque esta área me diz respeito, enquanto gestor de energias de recursos no Agrupamento de Escolas e neste momento está a ser concluída no Pólo 2, nomeadamente a substituição por vidros duplos, a colocação de iluminação LED, perguntava qual o ponto da situação relativamente a essa candidatura, pois sendo financiada a 100% temos de aproveitar tudo. Outra questão tem a ver com a manifestação de interesse por parte de vários empresários em instalarem-se na Zona Industrial, mas isto leva-me a outra questão que foi aqui levantada, quando foi aqui apresentada o que seria a expansão da Zona Industrial, a meu ver, isto devia desenvolver-se de uma forma mista, ou seja, concordo plenamente com a questão da Zona de Lotes Flexíveis, a pedido, para acolher as grandes Empresas, mas existe também a situação dos Lotes Standard, estão em vias de estar esgotados e vai ser necessário fazer a reversão de alguns relativamente aos quais não foram cumpridos nem os calendários nem os projetos, e portanto

seria também recomendável o avanço simultâneo de uma zona de Lotes Standard para essas pequenas e médias empresas que certamente vão ter falta de Lotes, a concretizar-se estas manifestações de interesse." -----

-----  
**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins informá-lo que a nossa não presença no ato em que esteve presente o Senhor Embaixador teve a ver apenas, com a organização desta visita, isto é, estava previsto regressar na terça-feira e o Fórum Náutico combinou uma visita ao Pavilhão para o dia seguinte, daí a nossa ausência. Dizer também que nesta deslocação eu estava na qualidade de Presidente da DESTEQUE e o Senhor Vereador a representar a Estação Náutica de Macedo de Cavaleiros. -----

Relativamente à questão da iniciativa do Geoparque mais em concreto da exposição da família, isso aconteceu com a autorização da mesma. No que diz respeito à questão de ter sido, ou não, correto é completamente alheia à Câmara Municipal. -----

Sobre a intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes, no que diz respeito às reuniões com o Sr. Diretor da segurança Social, não fui eu que estive presente, mas posso dizer-lhe que com a reorganização das novas competências já está projetado nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento a separação da Divisão, porque de facto havia uma grande sobrecarga na Divisão de Ação Social e, prevendo já as dificuldades que poderão existir da assunção destas novas competências e pensando que o pacote financeiro só chegará no mês de junho, gradualmente vamos fazer esta integração a partir do mês de março do próximo ano. A única valência que ainda não foi assumida, pois ainda está em avaliação é o RSI.(rendimento social de inserção), que tem funcionado muito bem ao abrigo do Protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Luís Vaz, registei as sugestões, pois de facto temos de criar incentivos que passará pela isenção ou diminuição do pagamento de impostos. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal José Madalena sobre a iluminação de Natal, dizer apenas que se as nossas discussões cívicas se limitam a discutir as luzes de Natal, muito mal vai o executivo e o Município. Nós temos de pensar é em criar condições para que a economia se desenvolva e não nos comparo com os piores. Relativamente á reunião com a Presidência do IPB, fazia todo o sentido neste início de mandato conversarmos com o IPB para sabermos qual era a estratégia para a Escola de Negócios, para os Cursos Técnico-Profissionais e para as Pós-Graduações. Nesta reunião fomos esclarecidos, irá ser elaborado um planeamento relacionado com modalidades inovadoras nas Pós-Graduações, com possíveis frequências de Institutos Superiores fora de portas, dirigidos aos empresários que penso que será uma mais-valia. Quanto à comparação com o Brigantia Ecoparque, aqui o



et-  
Cij  
Jan

senhor Deputado está a fazer uma comparação com os melhores, neste caso com a Capital de Distrito que é das que tem maior desempenho financeiro no País à conta de uma Multinacional que é a Faurecia, que injeta muitos impostos e por isso conseguem cativar tantos quadros jovens para o Brigantia Ecoparque, e alguns são de Macedo. Neste momento continuamos a desenvolver as nossas atividades para estabelecer em Macedo o Centro Aeronáutico e é possível, pois já temos uma empresa multinacional com helicópteros que fazem a sua manutenção nos nossos hangares e tudo pode ser melhorado, pois o Centro de Meios Aéreos está a avançar e a concluir-se e certamente que dentro de pouco tempo poderemos ter ali outra massa crítica para implementar aqui um negócio diferente. Quanto à reunião com a DEGstE sobre o Polo 2 do Agrupamento de Escolas, no orçamento está vertido o investimento a ser feito no âmbito da mesma Candidatura. Todos têm conhecimento das contrariedades que houve na primeira Candidatura, com fortes dissabores no Ministério da Educação que nos pediu inclusive para que desistíssemos da obra do Pavilhão Municipal, no entanto conseguimos cativar mais verbas para a EB2/3. Quanto à expansão da Zona Industrial e os Lotes a pedido, é talvez uma visão revolucionária, mas é permitido adaptar às necessidades do investidor, já nesta unidade de execução. -----

## **PONTO 2.2- RELATÓRIO FINAL DE APURAMENTO DOS BENS E VALORES DO MUNICÍPIO – CONHECIMENTO Á ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária de nove de novembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ **RELATÓRIO FINAL DE APURAMENTO DOS BENS E VALORES DO MUNICÍPIO:** Presente a proposta do Vereador Paulo José Castro Rogão, datada de 03-11-2021, que se transcreve. --

“A empresa de assessoria contratada concluiu o trabalho referente à elaboração de listagens de bens do município, avaliação do imobilizado e identificação das coberturas de seguros existentes. -----

Para conhecimento dos órgãos municipais, anexo relatório final, iniciando-se, agora, a promoção dos procedimentos técnicos com vista à correção do imobilizado, bem como à organização de um processo global de contratação de serviços de seguro que vise a cobertura dos bens inventariados. -----

O relatório dá-se como transcrito ficando a sua versão devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.” -----

“ A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**Abertas as inscrições usaram da palavra. -----**

**LILIA MARGARIDA PEREIRA DA SILVA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ No Relatório elaborado por uma empresa externa para identificação das coberturas de seguros existentes, evidencia-se a ausência de seguros para as peças de arte dos Museus de Arqueologia e Martim Gonçalves de Macedo. Assim como se refere que não foi fornecida qualquer listagem com as peças de arte devidamente valoradas da Casa Falcão, onde se encontra sediado o

Museu de Arte Sacra. A Empresa Externa refere que a ausência destes dados limita o apuramento das necessidades reais para valores de seguro. É transcrito no relatório a existência de três apólices de seguro para a Casa Falcão, duas para o edifício, o que se estranha e questiono, e uma para o recheio. A Casa Falcão alberga o Posto de Turismo, vários serviços técnicos da Câmara Municipal, o Gabinete do Presidente da Assembleia Municipal e o Museu de Arte Sacra. Questiono o que cobre a apólice de recheio da Casa Falcão, pois não me parece que albergue tudo até porque o seguro de obras de arte é extremamente específico e não pode constar na mesma apólice que por exemplo o mobiliário e o material informático. Sabendo nós que o Museu de Arte Sacra alberga peças de escultura, pintura, ourivesaria, lídicos litúrgicos de valor acrescentado, quer sentimental, cultural, histórico e patrimonial, emprestados por tempo determinado pelas paróquias do nosso concelho, assim como peças de pintura e alfaias litúrgicas da coleção própria do Município, como justifica a ausência neste relatório de valores para seguros destas mesmas peças de arte? Como justifica a ausência de seguro específico para o transporte destas peças entre as respetivas paróquias para o Museu e vice-versa? A altura do deslocamento de transporte das peças as mesmas podem sofrer inúmeros acidentes, como tal como justifica esta ausência? No mesmo relatório evidencia-se a ausência de seguro para peças arqueológicas do Museu de Arqueologia, uma exposição permanente esta. O Museu de Arqueologia e as peças ali expostas resulta do trabalho altamente meritório da Associação Terras Quentes na altura dos mandatos do Eng.º Beraldino Pinto. Sabemos que o Museu de arqueologia alberga peças de elevado valor, algumas com mais de 5 mil anos, desde o Neolítico até á Idade Média, passando pela Idade do Bronze, onde podemos observar alguns achados únicos na Península Ibérica. Como justifica o senhor Presidente a ausência tanto de valores para seguros futuros como apólices anteriores para património artístico, histórico e cultural de tão elevado valor? O mesmo se aplica ao Museu Martim Gonçalves de Macedo com a mesma ausência de seguros passados e futuros. Como justifica esta falha Senhor Presidente?" -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que em primeiro lugar deu os parabéns à Câmara porque depois de tantos anos temos agora um relatório de apuramento do nosso património. Passaram tantos anos e nunca ninguém se lembrou de o fazer pois era tudo feito à sorte. No meu entender, estas medidas já são tardias mas o que é importante é corrigir os erros do passado e por esse motivo, reitero que estou aqui para lhe dar os parabéns. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

Por sua vez o **o Sr. Presidente da Câmara Municipal** solicitou que pudesse ser o Sr. Vereador Paulo José Castro Rogão a prestar os esclarecimentos solicitados sobre esta questão. -----



Cij  
ceb  
fr

Assim, o Sr. Vereador usando da palavra referiu o seguinte: “ Este é um trabalho que vem do Executivo anterior, que quando chegou à câmara municipal verificou a inexistência do levantamento dos bens do Município, a inexistência de seguros desses mesmos bens e consequentemente nas Contas da Autarquia o seu Património não estava atualizado. Verificamos ainda que no Património da Autarquia constava o Centro de Saúde, portanto como podem ver era assim que o Património se encontrava. E, como a Câmara não tinha recursos humanos para fazer este trabalho, contratamos uma empresa com dois objetivos: o primeiro foi fazer o levantamento de todo o imobilizado da Autarquia, e o segundo objetivo era, feito este levantamento tratarmos da questão dos seguros, porque só sabemos o que vamos segurar quando soubermos o que temos. Portanto, só após haver uma listagem de todos os bens da Autarquia é que se pode dar o passo seguinte e esse vai ser dado agora, quando o relatório nos foi entregue e foram inventariados todos os bens da Autarquia. -----

No caso particular que a Sr.<sup>a</sup> Deputada menciona, há duas notas que quero deixar. A primeira é que de facto o Património Cultural que a Câmara tem não tem seguro, mas nós só agora é que conhecemos o Património Cultural da Autarquia e portanto só agora é que podemos fazer os seguros. E, se é agora é porque para trás nunca houve, vai haver agora finalmente. Relativamente à questão dos transportes de peças, quando há exposições temporárias são feitos seguros temporários para essas situações, portanto a esse nível a questão está assegurada até porque os bens que veem para essas exposições temporárias estão seguradas por seguros das Instituições/Entidades que nos facultam essas peças e uma das condições é fazerem o seguro, quer para o período da exposição quer para o transporte. Depois há um terceiro objetivo com este levantamento, que é, no que diz respeito ao Património físico (terrenos) a Câmara no próximo ano vai fazer uma outra coisa que é o seguinte: identificados os bens, vamos sinaliza-los no terreno e delimitá-los para que as pessoas saibam que é Municipal, com a inscrição CMMC. Este é um trabalho que demora o seu tempo, é um relatório dinâmico que está sempre a ser atualizado e com toda a certeza que o relatório não elenca todos os bens da Autarquia porque foi necessário ouvir várias pessoas. Vai ainda ser feito um portefólio de todos estes bens, que no caso dos bens prediais vai identificar a certidão matricial, a certidão predial e vai ter uma fotografia do terreno, por forma a que ao contrário do que acontecia no passado quem vier depois saiba qual é o Património do Município. E, como disse o Deputado Manuel Mico, este é um trabalho que poucas câmaras têm mas que é muito importante, porque nos vai permitir que na próxima prestação de contas possam existir algumas oscilações no que diz respeito ao património, pois agora com base neste relatório é que vamos atualizar patrimonialmente, as contas do Município.” -----

**LILIA MARGARIDA PEREIRA DA SILVA (PSD)** – Que respondeu ao Vereador Paulo Rogão, que da leitura que fez, no relatório não constavam nem estavam elencadas nas listagens de apólices de seguros, facultadas pela Secção de Aprovisionamento da Câmara Municipal, estes seguros para exposições temporárias, e daí a minha pergunta em relação a este assunto, pois cingi-me à informação do relatório. Em relação à ausência de seguros para o Património

Cultural, estes também não constam do relatório, nomeadamente para o Museu de Arqueologia e para o Museu Martim Gonçalves de Macedo. Tendo em conta que este relatório é uma base de trabalho e como não constam estes bens, no mesmo fundamentando pela impossibilidade de acesso aos 2 edifícios, nomeadamente pela falta de chaves, gostaria de saber o que vão fazer relativamente a este aspeto, porque se este relatório é um instrumento de trabalho para que consigam ter a noção que património é que o Município tem como vão fazer isto. -----

Novamente no uso da palavra o **Vereador Paulo José Castro Rogão** respondeu o seguinte: “no caso particular do Museu Martim Gonçalves de Macedo, acho que é do conhecimento de todos que quando este relatório foi elaborado existia aquele problema com os Museus, em que a Associação Terra Quente se arrogava que o património que está lá é deles, portanto não é da câmara municipal, logo neste momento, o relatório não podia evidenciá-lo até porque nem teve acesso ao Museu. Esta é uma situação que é necessário clarificar para depois se poder fazer o seguro. Relativamente às outras peças, elas estão inventariadas, não existiam seguros mas vão passar doravante a existir quando se fizer a avaliação. No que diz respeito ao transporte, fazer estes seguros com as seguradoras, não é impossível mas é muito difícil.” -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

### **PONTO 2.3 – COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS / DESIGNAÇÃO ATÉ DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA** -----

Presente a proposta subscrita pelos 4 Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal, que se transcreve. -----

“ Os representantes dos Partidos Políticos do PS, PSD, CDS e UPM, propõem que a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais seja assim constituída: membros efetivos – Ricardo Jorge Vaz Cordeiro e João Luís Diogo Salsas; membros suplentes: Júlio Manuel Curopos Quintela e Luís Manuel da Costa Rodrigues.” -----

**DELIBERAÇÃO: Efetuada a votação por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por maioria com 60 votos a favor e 1 voto nulo.** -----

### **PONTO 2.4- ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES E O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DO EXERCÍCIO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES DAS COMPETÊNCIAS NELA DELEGADAS PELO MUNICÍPIO, ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA k), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----



“ Presente a proposta da Vereadora Sónia de Jesus Afonso Salomé datada de 04-11-2021, que se transcreve. -----

*Ceb*  
*fu*

ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES E O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DO EXERCÍCIO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES DAS COMPETÊNCIAS NELA DELEGADAS PELO MUNICÍPIO, ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO “ Considerando que: -----

- i) A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES é competente para a exploração do serviço público de transporte de passageiros desde logo nos termos dos artigos 7.º e 8.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, no que toca ao serviço público de transporte intermunicipal que se desenvolva integral ou maioritariamente na sua área geográfica e ao serviço público de transporte inter-regional cuja competência haja assumido na sequência de contrato celebrado com outras autoridades de transportes; -----
- ii) O Município de Macedo de Cavaleiros delegou na COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DETRAS-OS-MONTES as suas competências enquanto autoridade de transportes do serviço público de passageiros municipal mediante a celebração, em 14 de dezembro de 2016, de contrato interadministrativo de delegação de competências; -----
- iii) As competências (próprias e delegadas) da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES são exercidas em parte através da celebração de um contrato de serviço público com um operador privado selecionado através de concurso publico (Contrato de Serviço Público) para a exploração de uma rede de transporte público de passageiros, que compreende linhas inter-regionais, linhas intermunicipais e linhas municipais;
- iv) O concurso público que precede a celebração do Contrato de Serviço Público já se encontra concluído; -----
- v) O Contrato de Serviço Público terá uma duração de 5 anos e imporá obrigações de serviço público ao operador, sendo previsível que este assumira a operação do serviço público de transporte contratualizado durante 2022 (não antes do 2.º trimestre desse ano), o que, por seu turno, determina que o termo dos Contratos de Serviço Público venha a ocorrer durante o ano de 2027; -----
- vi) Atendendo aos custos operacionais e aos rendimentos inerentes à operação da rede referida no Considerando iii), bem como às atividades acessórias a autorizar no Contrato de Serviço Público, aos quais se acrescenta uma margem de lucro razoável de acordo com o disposto no Anexo ao Regulamento (CE) n.º 1370/2007, prevê-se que o valor máximo anual de compensação por obrigações de serviço público a pagar ao operador seja de Euros 895 300,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e trezentos euros), sem prejuízo das atualizações anuais previstas no Contrato de Serviço Público, aplicáveis no segundo ano e seguintes e do IVA à taxa legal aplicável; -----

- vii) A transferência pelo Município para a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES das receitas provenientes do FSPTP, conforme previsto na cláusula 14. do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, não se apresenta suficiente para, em conjunto com as transferências a realizar pelos demais municípios que delegaram a competência relativa ao serviço municipal na COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES, garantir a esta os recursos financeiros necessários para o exercício das competências delegadas; -----
- viii) Para além do pagamento ao operador pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DASTERRAS DE TRÁS-OS-MONTES do valor a que se refere o Considerando vi), poderão existir outras obrigações pecuniárias da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRASDE TRÁS-OS-MONTES perante o operador, cuja ocorrência é incerta e eventual, estando dependente de eventuais vicissitudes ao longo da execução contratual - designadamente decorrentes do exercício pelo operador do direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro e de pedidos de indemnização por incumprimento contratual -, cujo montante máximo não é possível antecipar no momento atual; -----
- ix) A capacitação financeira da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES para o exercício das competências delegadas afigura-se, por um lado, imprescindível para a boa execução do Contrato de Serviço Público a celebrar com um operador privado e, por outro lado, juridicamente indispensável por força dos artigos 115.º e 122.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo ser concretizada através da celebração de um contrato interadministrativo - configurado, neste caso concreto, como complementar ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado que preveja os recursos financeiros necessários e suficientes ao exercício pela entidade intermunicipal das competências nela delegadas pelo Município; -----
- x) Por outro lado, o Município, enquanto associado da COMUNIDADE INTERMUNICIPALDAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, tem ainda a obrigação de contribuir para as despesas desta que não sejam suportadas em outras fontes de financiamento, sendo competência do Conselho Intermunicipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 90.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea r) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, «[d]eliberar sobre a forma de imputação material aos municípios integrantes da comunidade intermunicipal das despesas não cobertas por receitas próprias»; ---xi) O financiamento municipal para o exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPALDAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das suas competências enquanto autoridade de transportes deve, assim, ser suportado pelos municípios, incluindo o Município de Macedo de Cavaleiros (A) ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências e (B) enquanto municípios integrantes da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DASTERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, nos termos deliberados pelo Conselho Metropolitano da COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES; -----
- xii) A repartição do financiamento nos termos do Considerando anterior, bem como a sua repartição entre os municípios, seguiu o modelo de combinação do critério da produção



*Lij* *ceb*  
*fin*

quilométrica realizada no território de cada município e do critério da população servida de cada município, nos termos do Estudo sobre o Modelo de Financiamento anexo à presente deliberação como Anexo I, de onde consta expressamente indicada a comparticipação do Município de Macedo de Cavaleiros para o financiamento necessário para o exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DASTERRAS DE TRAS-OS-MONTES das suas competências de autoridade de transportes; -----

xiii) Nos termos da alínea a) do n.º3 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais),constituem recursos financeiros das entidades intermunicipais o produto das contribuições e transferências dos municípios que a integram, incluindo as decorrentes da delegação de competências, e nos termos das alíneas b) e c) do n.º 5 do artigo 39,º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, são receitas da comunidade intermunicipal o produto das contribuições dos municípios associados e as transferências dos municípios, no caso de competências delegadas por estes; -----

xiv) A despesa em causa, bem como a repartição de encargos e compromissos plurianuais relativa ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES das competências nela delegadas por este Município deve ser, nos termos da lei, autorizada e deliberada nos órgãos municipais competentes, prevendo-se a repartição dos encargos contratuais em causa entre os anos 2022 a 2027. -----

Em face do exposto proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de: 1) Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a celebração de aditamento ao Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrados, em 14 de dezembro de 2016, entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfandegada Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios, nos termos da minuta constante do Anexo II à presente proposta, como é o caso deste município, de acordo com o modelo e critérios de repartição descritos no Estudo constante do Anexo I à presente proposta; 2) Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais, pelo Município de Macedo de Cavaleiros, de aditamento ao Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrados com a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes, com repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2022 a 2027; 3) Submeter à Assembleia Municipal a autorização, para efeitos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização

Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. -----

Anexos: I- Relatório do Estudo sobre a Sustentabilidade e Modelo de Financiamento do Sistema de Transporte Público das Terras de Trás-os-Montes; II) Minuta de acordo de financiamento. ---

Os anexos foram devidamente rubricados por todos os membros do executivo e vão ficar arquivados na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou, aprovar a proposta da Vereadora Sónia de Jesus Afonso Salomé, nos termos formulados e submetê-la à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização.-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**ROGÉRIO PAULO TALHAS PIRES (PS)** – Que referiu que sendo o nosso Município uma Autoridade de Transportes deixou a sugestão que podiam, eventualmente, começar a pensar em criar uma linha de transporte entre Macedo de Cavaleiros e a Zona industria. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à sugestão aqui deixada pelo Sr. Deputado informou que esta linha já está pedida juntamente com a do Azibo. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar, para efeitos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

**PONTO 2.5 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2021 (3.ª) / APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** - -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ **ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2021 / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a informação da Unidade de Finanças datada de 13-12-2021, que se transcreve. -----

“ Documentos previsionais de 2021. 3.ª Alteração modificativa: - -----

**A) Orçamento da Receita** -----

Aumentos, derivados a cobrança efetiva de receita superior ao previsto nas rúbricas: i.) Imposto Municipal sobre Imóveis; ii.) Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas; iii.) Ocupação da via pública; iv.) Impostos indiretos – outros; v.) Loteamento e obras; vi.) Multas; vii.) Serviços e fundos autónomos – subsistema de proteção á família e políticas ativas do



C. J. Castro Rogão  
psd

emprego e formação profissional; viii.) Serviços culturais; ix.) Saneamento; x.) Iva reembolsado; xi.) Reposições. -----

Diminuições, derivado à não cobrança efetiva de receita em relação ao previsto nas rubricas: i.) Serviços recreativos; ii.) Serviços desportivos; iii.) Mercados e feiras; iv.) Parques de estacionamento; v.) Rendas de habitações; vi.) Diversas; vii.) Terrenos – Sociedades e quase-sociedades não financeiras; viii.) Terrenos – Famílias; ix.) Feder. - -----

#### **B) Plano de Investimentos** -----

Anulação de ações e valores excedentes -----

#### **C) Plano de Atividades Municipal** -----

Anulação de ações e valores excedentes -----

#### **D) Orçamento da Despesa** -----

Imputação dos valores do Plano de Investimentos e Plano de Atividades Municipal -----

Em resultado prevê-se a diminuição do orçamento no valor de 1.012.677,63€. -----

Em face do exposto, em anexo, os mapas que evidenciam esta modificação.” -----

O Vereador Paulo José Castro Rogão proferiu o seguinte despacho: “ Visto. A presente modificação carece de apreciação da câmara municipal e decisão da assembleia municipal. Proponho o seu agendamento.” -----

Os mapas dão-se como transcritos, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta referente à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2021 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 36 votos a favor, e 25 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2021. -----

Fez declaração de voto. -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – A abstenção por parte do PSD tem apenas que ver com uma questão de coerência relativamente a votações anteriores no orçamento para o ano de 2021. -----

#### **PONTO 2.6 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COMPETÊNCIA ESPECÍFICA A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA k) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de nove de novembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COMPETÊNCIA ESPECÍFICA COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação do Gabinete de Sistemas e Informação e Comunicação, datada de 23-11-2021, que se transcreve. -----

“ Considerando: -----

1) Que a delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, em concreto, no Capítulo II do Título IV; -----

2) Que, nos termos do artigo 120.º, n.º 1 do diploma antes referido, a delegação de competências se concretiza através de contratos interadministrativos; -----

3) A dimensão do território do concelho de Macedo de Cavaleiros; a distância de algumas das localidades à sede de concelho e, em concreto desta competência, a falta de recursos humanos por parte da Câmara Municipal, é um fator que potencia esta delegação de competências nas Juntas de Freguesia, contribuindo, assim, para uma gestão mais eficaz e eficiente dos serviços prestados; -----

4) Que as Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização responsável e racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados; 5) Que o exercício desta competência pela Junta de Freguesia não determina o aumento da despesa pública global, pelo contrário, promove o aumento da eficiência na gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais e concretiza uma harmoniosa articulação ente o Município de Macedo de Cavaleiros e as Freguesias do concelho; -----

6) As negociações realizadas entre as partes e o interesse mútuo na delegação desta matéria;

-7) Considerando, ainda, que este contrato visa regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permite conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação, face aos novos desafios e exigências, na prossecução dos 5 E's: Economia, Eficácia, Eficiência, Equidade e Excelência. -----

Perante o exposto, atento o regime jurídico vertido na Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em concreto, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º1, alínea m) do seu Anexo, proponho que a Câmara Municipal submeta a apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, proposta para a celebração de contratos interadministrativos de competência específica com Freguesias do concelho que venham a aceitar nos termos que, ora, proponho e que anexo, ficando a fazer parte integrante da presente proposta.” -----

A Chefe da Divisão de Ambiente e Gestão Territorial deu o seguinte parecer: “ Concordo com o proposto. Proponho a aprovação da minuta. À reunião de Câmara.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou, aprovar a proposta nos termos formulados e submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----



cy  
cew  
fin

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 58 votos a favor e 3 abstenções, deliberou autorizar a celebração de contratos interadministrativos de competência específica com Freguesias do concelho que venham a aceitar. -----

**PONTO 2.7 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2022 – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA f) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de nove de novembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

**CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2021: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a proposta do Vereador Paulo José Castro Rogão datada de 25-11-2021, que se transcreve. -----

“ Ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.ºs 1 e 2 e artigo 50.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, os municípios podem contrair empréstimos a curto prazo junto de quaisquer instituições autorizadas por lei para colmatar as dificuldades de tesouraria. - Considerando que a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento; - Considerando que a amortização do empréstimo deverá ser efetuada até ao final do exercício económico da contratação; - Considerando eventuais influxos insuficientes da tesouraria que possam ocorrer ao longo do exercício de 2022, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico, autorize a Câmara Municipal, em 2022, a contrair um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 1.200.000,00 de euros de utilização.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a autorização para contração do empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 1.200.000,00 de euros, para o ano de 2022. -----

(Votação: 6 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé, Paulo Rogão, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso) e 1 voto contra (Nuno Morais) ) -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Vereador Paulo José Castro Rogão que relativamente a este assunto informou o seguinte: “ O Deputado Municipal José Madalena levantou uma questão da leitura que fez do regime financeiro que define as regras de contratação de empréstimos, no sentido de saber se neste momento em que a Assembleia

Municipal autoriza a contratação do empréstimo se deveria vir, ou não, acompanhado das consultas feitas pela câmara municipal às Instituições Financeiras. De facto quem ler a legislação, Lei 73/2013, tecnicamente, a Lei não está bem elaborada a esse nível, porque ela foi feita para os empréstimos de médio e longo prazo e, para estes, de facto a Lei determina que quando for levada à câmara municipal, venha acompanhada dessas consultas feitas no Mercado. No que diz respeito aos empréstimos a curto prazo essa formalidade é dispensada. Não resulta objetivamente da Lei. É verdade, mas a prática é essa e as regras são essas e se me permitem, quero deixar todos os membros desta assembleia descansados, porque da forma como foi feito é legal. O que vamos fazer hoje, se a assembleia assim o entender, é dar uma autorização genérica à câmara municipal para durante o ano de 2022 contratar o empréstimo a curto prazo, de seguida a câmara vai fazer a consulta ao mercado, no mínimo a 3 Instituições sedeadas na sede do concelho e depois irá à câmara municipal para analisar, autorizar e adjudicar a contratação do empréstimo. Posteriormente, e para que toda a Assembleia esteja consciente do que vai deliberar hoje, daremos conhecimento de quais foram as propostas e os termos das mesmas relativamente a este empréstimo.” -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**LUÍS FILIPE SARDINHA CABECEIRO (CDS)** – Que disse: “ Quanto à legalidade não duvido que o empréstimo vai seguir todos os procedimentos. O que eu queria saber é como o Executivo chega a estas necessidades de 1.200.000,00€, bem como o que está subjacente à sua finalidade. No documento que nos chegou, de apoio à tesouraria é muito vasto e pretendia que o Senhor Presidente esclarecesse esta Assembleia e os munícipes onde é que vai ser gasto este dinheiro. Outra questão, é ter a noção que este montante corresponde quase a 13% do endividamento da Autarquia. É uma verba relevante e por isso gostaria de ser esclarecido.”

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “ Como o Sr. Vereador referiu as Leis podem ter diversas leituras e eu voto contra e quero que fique registado em ata.” -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu novamente a palavra ao **Sr. Vereador Paulo José Castro Rogão** que informou que, tal como resulta da Lei, os empréstimos a curto prazo são para satisfazer eventuais dificuldades que venham a ocorrer de questões de tesouraria ao longo do exercício, daí não se identificar onde é que o dinheiro vai ser gasto. E o empréstimo não é do valor de 1.200.000,00€, mas sim até 1.200.000,00€ em função das necessidades da Autarquia. Relativamente à questão dos 13% da dívida da Autarquia, este empréstimo não gera dívida à Autarquia porque este, a contratar-se, vai ter de ser amortizado até 31 de dezembro de 2022. Isto não é mais do que uma antecipação de receita que a câmara, com este empréstimo possa vir a obter, e ao longo do ano vai amortizando a verba que entretanto for utilizada. Tanto assim é que este empréstimo nem carece de visto do Tribunal de Contas. E, como chegamos a este valor? Como sabem a Câmara Municipal no âmbito do processo de aquisição de terrenos do Parque Urbano, recentemente houve uma decisão do Tribunal da Relação relativamente aos terrenos da família Barracho em que o valor que a o Tribunal fixou para a câmara poder tomar posse dos terrenos, esta família não concordou com os valores e recorreu. Esse processo prosseguiu e neste momento há uma



Handwritten signature and initials: "G. Cab. J. 2"

decisão que determina que a avaliação correta desses terrenos anda na ordem de 1.177.000,00€ e agora a Câmara tem de pagar o diferencial entre aquilo que foi depositado na primeira vez (cerca de 460.000,00€), para o valor que agora o Tribunal decidiu. Tendo em conta que este pagamento deve ser feito o mais breve possível porque está a gerar juros, como ato de boa gestão, vamos fazer este empréstimo, liquidar imediatamente esse montante e ao longo do ano de 2022 vamos amortizando, porque não há capacidade do Município de num mês pagar 700.000,00€, porque tem outros encargos, nomeadamente com trabalhadores e fornecedores, e isto trata-se apenas de um mero ato de gestão financeiro que vai aliviar de certa forma, cumprindo com as obrigações financeiras atempadamente e ao mesmo tempo permitir ao longo do ano cumprirmos com todos os outros fornecedores.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 57 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções, deliberou autorizar à Câmara a contração do empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 1.200.000,00 de euros, para o ano de 2022.** -----

**PONTO 2.8 – PACOTE FISCAL PARA O ANO DE 2022 – PROPOSTA /APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA d), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de nove de novembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ PACOTE FISCAL PARA O ANO DE 2022: DELIBERAÇÃO -----  
Presente a proposta do Vereador Paulo José Castro Rogão datada de 25-11-2021, que se transcreve. -----

“ No uso das competências que me foram atribuídas no âmbito do pelouro das Finanças Municipais e Património, para apreciação pelos órgãos municipais e para aplicação no ano de 2022, formulo a seguinte proposta de Pacote Fiscal Municipal, o qual integra o Imposto Municipal sobre Imóveis, a participação variável no IRS, a Derrama e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, cuja fundamentação jurídica se apresenta. -----

**IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**-----

1. De acordo com o artigo 14.º, alínea a) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizem.
2. A taxa referente aos prédios rústicos encontra-se fixada em 0,8%, não sendo objeto de majoração ou redução. -----
3. No que concerne aos prédios urbanos e atento o disposto na alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte, taxa essa a fixar entre 0,3% e 0,45%.-4. O artigo 112.º, n.º 7 do CIMI fixa, ainda, que os municípios, por deliberação da

Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados. -----

5. Ao invés, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se, de acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e respetivas alterações ou conforme o disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e respetivas alterações, os que tenham sido objeto de intimação para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético.

6. De acordo com o n.º 12 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem, igualmente, fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios classificados, de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. 7. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano. Encontram-se nesta tipologia, aqueles prédios como tal definidos no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto. 8. Resulta, ainda, da alteração promovida em 2016 ao CIMI - Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março -, a possibilidade de redução de taxa a imóveis destinados a habitação própria e permanente. Estabelece o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos previstos no artigo 13.º do Código do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS), compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto. Essa redução encontra-se fixada nos seguintes limites: i) de 20 euros, para agregados com um dependente a cargo; ii) de 40 euros, para agregados com dois dependentes a cargo; iii) 70 euros, para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo.

**Proposta:** perante o exposto e de acordo com a alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar e submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta:

- a) Que se implemente a taxa mínima de 0,3% a aplicar aos prédios urbanos. -----
- b) Quanto aos imóveis destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes, que se aplique a redução legal da taxa definida, ou seja: -----
  - i) de 20 euros, para agregados com um dependente a cargo -----
  - ii) de 40 euros, para agregados com dois dependentes a cargo -----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

iii) 70 euros, para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo. -----

**PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS** -----

1. De acordo com a alínea g) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes do mesmo diploma legal. -----

2. A alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos do diploma antes referido, estatui que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º. -----

**Proposta:** perante o exposto e de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 26.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro, na sua redação atual, proponho que a câmara municipal delibere que o município participe em 1%, ou seja, arrecade 1% do montante global que gera o IRS no município. -----

**DERRAMA** -----

1. Nos termos da alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma. -

2. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

**Proposta:** perante o exposto e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, ainda, ao abrigo da alínea c) do artigo 14.º, do n.º 2 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, como forma de atrair e fixar empresas no nosso município e de fortalecer aquelas que se encontram aqui sediadas, proponho que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar e submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, não lançar a cobrança deste imposto municipal. -----

**TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM** -----

1. A [Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, conhecida por Lei das Comunicações Eletrónicas](#) (LCE), estabelece que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP). -----

2. Por esse facto, a remuneração prevista encontra-se definida no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, em concreto, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público e privado das autarquias. -----

3. Na sequência da publicação da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, diploma que altera o regime da TMDP, nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento. -----

4. A taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas referidas empresas, para todos os clientes finais do respetivo município.

5. Esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%. -----

6. Os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos municípios das receitas provenientes da TMDP a adotar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo estão definidos no Regulamento n.º 38/2004, publicado em 29 de setembro. -----

**Proposta:** perante o exposto e de acordo com o disposto no artigo 106.º, n.º 3, alínea b) da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, proponho que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar e submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta no sentido de fixar a taxa no máximo limite legal, ou seja, 0,25%. -----

**DELIBERAÇÃO:** Apreciada a proposta subscrita pelo Vereador Paulo José Castro Rogão, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprová-la nos termos apresentados. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alíneas c) e d) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mais foi deliberado submetê-la à apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a taxa do IMI, a taxa TMDP, a Taxa de IRS e a Derrama, nos termos apresentados na proposta de Pacote Fiscal para o ano de 2022.** -----

## **PONTO 2.9 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2022 / APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA a) E o) DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ **DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2022/PROPOSTA** ----  
Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 10-12-2021, que se transcreve. -----

“Para cumprimento do disposto do novo sistema contabilístico - Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP -, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 85/2016 e 33/2018, de 21 de



Handwritten signature and initials in the top right corner.

dezembro e 15 de maio, respetivamente e, ainda, do estatuído na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeto a apreciação, discussão e votação do Executivo Municipal o projeto-proposta dos documentos previsionais do Município de Macedo de Cavaleiros para o exercício económico do ano de 2022, constituído por Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e Grandes Opções do Plano, com igual planificação, o qual importa, na receita, no valor global de 29.289.825,00€ (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco euros) e, na despesa, no valor global de 29.289.825,00€ (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco euros), devendo, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, para aprovação.” --A proposta de documentos previsionais e mapa de pessoal para 2022 foi rubricada por todos os membros da Câmara Municipal que a apreciaram, discutiram e a votaram. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, nos termos em que é formulada, deliberou aprovar a proposta dos documentos previsionais e mapa de pessoal para o ano de 2022 e, para cumprimento do disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, ainda, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para que pudesse explicar dar uma pequena explicação relativamente a este documento. -----

**O Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte intervenção: “ A demonstração orçamental previsional para o ano de 2022 foi elaborada ao abrigo do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, o SNC-AP. A demonstração orçamental previsional foi elaborada em conformidade com os princípios e regras orçamentais previstos na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e regras de um novo sistema contabilístico. Apresento um gráfico que esquematiza os principais dados da receita e despesa prevista. O Orçamento é de vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco euros e a descrição da receita corrente é de dezoito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e um euros. A despesa corrente é de dezasseis milhões, quatrocentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e o saldo corrente é de dois milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis. As amortizações são no valor de quatrocentos e um mil, setecentos e quinze euros e a diferença dá um milhão, setecentos e cinquenta mil cento e quarenta e um euros. Concluindo: o controlo do cumprimento da regra de equilíbrio é não aplicável por força do desvio positivo verificado no saldo corrente. A caracterização deste documento previsional ao nível da receita caracteriza-se pela inexistência da Lei do Orçamento de Estado para 2022, vertendo esta proposta os valores inscritos na Lei do Orçamento de Estado de 2021. Há também que realçar implicações da pandemia que ainda nos afeta, traduzida em diminuição da receita em determinadas rubricas orçamentais, nomeadamente, ao nível da ocupação dos espaços públicos, utilização de equipamentos

municipais, quer de carácter desportivo, quer social. E, por último a previsão de arrecadação da receita proveniente do encerramento do Quadro Comunitário de Apoio referente a projetos já executados e assumidos financeiramente por verbas exclusivamente do orçamento municipal. - -----

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e o orçamento de despesa, a elaboração destes assenta nos seguintes condicionalismos: 1. Conclusão de Obras em curso (e daquelas que por motivos diversos estavam previstas no PPI de 2021 e não prosseguiram), destacando-se entre outras, - a Requalificação da Estação Ferroviária e Zona Envolvente, - a Construção do Parque Urbano, - a Construção da Rede Interfaces, - a Reabilitação do Mercado Municipal e Zona Envolvente, - a Construção do Campo Sintético, - a Infraestruturação da Zona Industrial – 2.ª Fase e a Construção do Centro de Proteção Civil e Meios Aéreos. 2. Um forte investimento nos principais problemas, senão mesmo o principal do concelho, que é a gestão do abastecimento de água. 3. Investimento nas Freguesias quer em parcerias, quer por iniciativa municipal. 4. A não realização de eventos festivos por força da pandemia (Feira da Caça, Feira da Agricultura, Feira de S. Pedro). 5. O aproveitamento de Fundos Comunitários ainda deste Quadro Comunitário já mapeados destacando-se a substituição dos veículos municipais e a Requalificação do Complexo Escolar – 2.ª fase. 6. Garantir os compromissos anteriormente assumidos tais como, o protocolo com os Bombeiros Voluntários, os Clubes, Associações Desportivas, Culturais, Sociais e outras. A dívida do fornecimento de água e do serviço de tratamento dos resíduos sólidos e também os compromissos com as entidades participadas, nomeadamente a Associação de Municípios da Terra Quente, a CIM, aqui se destacando o novo plano de transportes públicos, o Baixo Sabor e a DESTEQUE. 7. A nova estrutura orgânica proposta pelo atual Executivo, bem como a contratação de mais recursos humanos necessários para o normal funcionamento dos serviços municipais, medida esta, tomada no sentido de paulatinamente a Autarquia deixar de recorrer a programas ocupacionais disponibilizados pelo Instituto de Emprego e assim, proporcionar um emprego e estabilidade profissional em áreas que com carácter de permanência a Autarquia necessita de colaboradores. A previsão inicial serão receitas de vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco euros e o mesmo nas despesas. As Grandes Opções do Plano ocupam vinte milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete euros deste orçamento. O Plano Plurianual de Investimentos constará de onze milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e um euros e o Plano de Atividades Municipal nove milhões, setecentos e cinquenta mil, seiscentos e setenta e seis euros, o que perfaz os ditos vinte milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete euros. Não obstante ter ações novas ao nível do investimento é em grande medida um documento de continuidade, conclusão de investimentos em curso, o resultado das obras que se iniciaram e ainda estão a decorrer. As principais áreas de atividade do Município: Ensino e Educação, Ação Social, Desporto e Tempos Livres, Cultura e Turismo, Ambiente, Proteção Civil, Fomento Empresarial, Agricultura, Mercados e Feiras, Rede Viária e Obras Complementares e as Freguesias. -----



*Handwritten signature and initials*

Nas grandes Opções do Plano para 2022 destaca-se: Ensino e Educação, Requalificação da escola Básica e Secundária – 2.<sup>a</sup> fase no valor de quatrocentos e sessenta e dois mil euros, a continuação do projeto piloto de combate ao insucesso escolar, a atribuição de bolsas de estudo. Ação Social – o apoio ao arrendamento, apoio na Requalificação de Habitações Degradadas, a conclusão da Requalificação do Bairro de S. Francisco de Assis, apoio a Associações. No Desporto e Tempos Livres – de realçar a construção do campo sintético no Complexo Desportivo, a conclusão dos Campos de Padel e Basquete, beneficiação de Parques Infantis, Construção do Centro Náutico no Azibo. Na Cultura e Turismo a Reabilitação da Igreja de Podence, o Circuito de Macedo, Welcome Center do Azibo, Cinema. No Ambiente – substituição de redes, a substituição e construção de reservatórios de água, implementação do sistema de telegestão, o qual vai monitorizar as redes, a colocação de contadores de água inteligentes a começar pela cidade. Na Proteção Civil, a conclusão do Centro Municipal de Proteção Civil e Meios Aéreos, a comparticipação financeira à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, comparticipação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários para a aquisição de equipamentos operacionais, emergência médica, proteção individual e telecomunicações, ação de prevenção de fogos (em parceria com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários) e temos mais uma EIP (Equipa de Intervenção Permanente). No Fomento Empresarial a Requalificação da Zona Industrial, a Expansão da Zona Industrial com as novas Unidades de Execução e a aquisição de terrenos, a conclusão da Reabilitação da Zona Oficinal, a colocação de Toponímia nos dois Polos Industriais. Na Agricultura, Mercado e Feiras o combate ao cancro e vespa do castanheiro, o apoio à sanidade animal, a conclusão da Requalificação do Mercado Municipal e Zona Envolvente. Na Rede Viária e Obras Complementares o Largo da Estação, a Reabilitação da Estação, a Rua Eça de Queirós, a Bicity – Fase 2, o Parque Urbano, a Rede Interface e seus acessos, a Requalificação do Loteamento João António Afonso e a Requalificação dos Paços do Concelho. Limpeza de bermas no concelho, sinalização de vias municipais e passadeiras. Outras ações com forte componente financeira – amortização de dívidas de abastecimento de água, atualização dos valores dos terrenos do Parque Urbano, o Projeto Cadastra & Capacita (BUPI). No âmbito da parceria com outras Entidades já aqui referidas, nomeadamente a CIM, a Associação de Municípios e a Resíduos do Nordeste. A última tranche da aquisição do Edifício do Piaget. No que concerne à amortização de empréstimos contratados, encargos com a amortização de empréstimos temos 401.715,00€, encargos com o pagamento de juros temos 9.461.33€. A dívida a 31 de dezembro de 2022 é de dois milhões, cento e vinte e nove mil e trinta e um euros e trinta cêntimos. -----

Nas Freguesias, para além dos investimentos que a Câmara Municipal vai executar, nas freguesias, vai estabelecer acordos de parceria com outras totalizando o valor de um milhão, trinta e sete mil, novecentos e dezassete euros. Há um reforço dos Gabinetes de Apoio ao Cidadão nas Freguesias, iremos ter mais um melhorando os serviços de proximidade. O Mapa de Pessoal para 2022, há uma nova estrutura orgânica, uma nova estrutura dirigente, teremos portanto no total 11. A proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2022 contempla as

seguintes alterações: o preenchimento de 33 postos de trabalho de Técnico Superior, sendo que 24 já se encontram no Mapa de Pessoal como se explica. Por motivos de necessidade premente dos serviços fundamentada na atividade dos últimos anos pretende-se prover a atividade assegurada por via de contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, passando ao regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e estamos a falar de 18 postos de trabalho. Sendo a mesma Entidade Patronal deve esta garantir o princípio de igualdade entre os seus colaboradores, nesse sentido, porque tal não se verifica pretende-se prover a atividade no Geoparque assegurada através de contratos individuais de trabalho, passando ao regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e aqui são 6 postos de trabalho. Pretende-se preencher os seguintes postos de trabalho: 2 na área da engenharia civil, 1 na área da engenharia florestal, 1 na área da sociologia, 1 na área da juventude, 3 na área da educação e 1 na área de direito. O preenchimento do posto de trabalho que se encontra vago de coordenador técnico o preenchimento de 7 postos de trabalho de assistente técnico, sendo 6 na área administrativa e 1 na área de desenhador, preenchimento de 2 postos de trabalho na carreira especial de fiscalização, o preenchimento de posto de trabalho que se encontra vago de encarregado, preenchimento de 29 postos de trabalho na carreira de assistente operacional nas áreas discriminadas no mapa. Como nota final dizer que estas Grandes Opções do Plano evidenciam no Plano Plurianual de Investimentos nas funções sociais sete milhões, trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco euros, nas económicas, dois milhões, cento e dezanove mil, quinhentos e setenta e três euros e nas funções gerais um milhão, trezentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros. Temos outras funções com trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinco euros. No Plano de Atividades Municipal no que se refere a apoios – funções sociais cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e seis euros, nas funções gerais dois milhões, vinte e seis mil, novecentos e oitenta e nove euros e outras funções um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e seis euros. Nas funções económicas, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros. Propõe-se ainda a atualização das Taxas Municipais tendo como referência a média da inflação sem habitação do ano anterior, tal como resulta do disposto no Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Licenças Municipais em vigor e a aprovação das Normas de Execução Orçamental. Uma palavra final para os colaboradores da Autarquia, a concretização destas previsões depende do trabalho, da disponibilidade e das suas competências. Sem isto não será possível e estamos certos que assim será. Com todos, com o apoio dos Autarcas deste concelho, com o trabalho das Associações e demais forças vivas, este Município sairá engrandecido.” -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra. - -----**

**DANIEL FILIPE ESPIRITO SANTO RAMOS PIRES (PSD) –** Que fez a seguinte intervenção: “ Começo por dar os parabéns porque não é fácil fazer um documento tão elaborado e tão minucioso. Primeiro vou fazer uma nota prévia de lamento porque a cena a que assistimos há pouco aqui não dignifica ninguém, não dignifica esta assembleia nem nenhum interveniente.



*Luís Filipe*  
*Cabeceiro*

Pedia mais uma vez às bancadas, inclusivamente há minha, que lidero, para que dessemos o exemplo de elevação, de educação e de lucidez. -----

Quanto ao Orçamento: a receita. As joias da coroa tão propaladas do nosso concelho são o turismo e aqui separo o Azibo/Caretos-Carnaval de Podence. No Azibo, as praias, o verão as enchentes, as multidões efetivamente encham-nos de orgulho mas, penso que chegou a altura de parar de nos vangloriar-mos com tais romarias de turistas nos meses de verão que até impendem e dificultam em certos casos o aproveitamento de tais locais pelos próprios macedenses. E, começo por perguntar o que é que o Município lucra com isso? O que é que o Município lucra com o turismo do Azibo? O que representa o turismo de massas com pernoitas curtas para uma área protegida com tanta fauna e tanta flora? Está na altura de parar e pensar. Pergunto então, onde está refletido em sede de explicação de receita no Orçamento que nos facultaram algum impute ao Município, alguma verba acrescentada à receita pelo Turismo do Azibo? Penso que seria bom para todos que o Azibo não representasse só despesas para o Município em sede de gastos com pessoal, material, água, produtos de limpeza, vigilância, expropriações, etc, etc. mas que também pudesse representar uma fonte de receita como por exemplo um simples parque de estacionamento pago e racional. -----

Na página 27, R6 – item 0707020907, onde diz parque de estacionamento – 25 mil euros. De onde vem? Terá o Azibo alguma quota-parte nesta verba? Gostaria que me elucidassem. Página 26, R3 – onde diz outros – 700 mil euros. Gostaria que me dissessem o que significa “outros”. - Página 28, IVA – 100 mil euros, diversos – 80 mil euros. O que significa o “diversos”? -----

Quanto às despesas, e solicito ajuda, porque num campo que é dos economistas e que excede as minhas curtas competências, solicito assim ajuda e explicação para as seguintes alíneas, nas despesas: Pág. 34 – aquisição de bens e serviços D2020214 – estudos e pareceres: 173 mil euros; D2020220 – outros trabalhos: 980 mil euros, o que perfaz uma quantia de mais de 1.100.000,00€, o que me parece excessivo e portanto gostaria que me explicassem. -----

Pág. 35 – Despesas de capital D607010413: 1.465.000,00€, gostaria também de uma explicação. No que diz respeito às Freguesias e porque de boa-fé não se podem analisar documentos futuros mas que ainda não existem, porque o que conta é o documento que temos nas mãos, no qual 6 Freguesias não constam, ou seja o investimento previsto é zero. A Freguesia que conheço melhor que é Macedo, Travanca e Nogueirinha não tem direito a nada neste orçamento e, conhecendo eu bem o estado de degradação avançado de caminhos rústicos que rodeiam a cidade, as bermas que ficam atoladas de ervas e mato no verão, factos que em alguns casos impedem mesmo a circulação automóvel, não seria justo pelo menos constar verba para alargamento e melhoria de caminhos que se encontram dentro dos limites da própria cidade?” -----

**LUÍS FILIPE SARDINHA CABECEIRO (CDS)** – Que disse: “ Relativamente à forma do orçamento parece-me bem elaborado, já quanto ao conteúdo acho um pouco generalista não justificando a aplicação das verbas nos projetos a apoiar. No entanto, tem um aspeto positivo que é o esforço na contenção do desperdício da água, mas há uma verba que gostava que o

Sr. Presidente me dissesse, quanto é que vai custar esta nova organização de recursos humanos da câmara?” -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** - Que fez a seguinte intervenção: “ Tivemos a ocasião de reunir a Comissão de Orçamento e Finanças, onde de facto analisamos o orçamento e tentando perceber o que aqui está exatamente proposto. Do ponto de vista técnico não há muito a apontar a este documento pois, está corretamente elaborado, obedece às regras do equilíbrio orçamental, embora, a meu ver, tenha um erro técnico na página 12 do documento, que tem que ver quando no apuramento do que é o saldo remanescente em vez de dizer saldo corrente, diz amortizações de empréstimos a médio e longo prazo, aqui refere apenas 703 mil euros, que é o valor correspondente aos encargos dos acordos de redução de dívida e não incluem os 400 mil euros respeitantes à amortização dos empréstimos de médio e longo prazo. Mas isto é apenas um detalhe e não invalida a correção técnica no global do orçamento que está bem estruturado. A nível das diferentes rubricas faço o mesmo reparo que fez o Deputado Daniel Pires relativamente às elevadas verbas que aparecem como “outros encargos” e “outras despesas”, eu não conheço o SNC-AP em detalhe mas, devem ser desagregadas o mais possível para tornar inteligível esse tipo de verbas, ou seja a que se destinam. Do ponto de vista político olhando para este orçamento, e o senhor Presidente disse aqui que é um orçamento de continuidade, onde se pretende concluir ou dar continuidade a algumas das obras que inicialmente estava prevista a sua conclusão até 31-12-2021 mas que, vão deslizar mas que, do ponto de vista do PSD gostaríamos de ver já a inscrição de novos projetos, nomeadamente no parque urbano da Cidade, há tantos anos ambicionado e que vai ser concluído por este Executivo e, não gostaria de forma alguma, utilizá-lo e deparar-me com o mau cheiro que de certeza que persistirá, vindo da ribeira que atravessa o Parque e portanto, gostaria ver já aqui neste documento uma candidatura referente à despoluição e recuperação ambiental da mesma. Sugiro até a implementação de um lago que estivesse associado à ribeira, pois todas as cidades que têm um pequeno curso de água aproveitam para o fazer e dá de facto uma outra atratividade. Gostaria também de ver aqui contemplado o corredor verde via Vale de Prados para a Barragem do Azibo, com vista a reverter para a Cidade de Macedo algum lucro e proveito de tanta gente que vem ao Azibo e tornar a Barragem do Azibo mais próximo de Macedo. Terei de referir aqui também a surpresa muito desagradável de ver que em 6 freguesias que não são contempladas com qualquer investimento, 5 delas, coincidência, ou não, são freguesias PSD (Corujas, Macedo, Chacim, Vale Benfeito, Castelãos e Lombo). Naturalmente que esta situação nos desagrada profundamente e lembro o caso de Corujas, freguesia que conheço bem, tem sido sistematicamente a pior em termos de investimento e continua na senda do esquecimento. E dizer que em função daquilo que nos é apresentado, a posição do PSD vai ser de abstenção relativamente a este orçamento, e quando o senhor Presidente nos trazer aqui uma alteração modificativa que contemple as Freguesias que referi, com aquilo que elas pediram e, pediram todas, aí votaremos a favor.” -----

**DUARTE FERREIRA DIAS (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Este orçamento é, tal como este executivo já nos habituou, um orçamento em que se investe no conforto e na



Handwritten signature and initials: "Eusébio" and "JR"

qualidade de vida dos macedenses e, onde se assiste, ao continuar do investimento nas valências da cidade. É com gosto que vejo as obras que aparentemente há um ano não agradavam a alguns, ou a muitos, finalmente concretizadas e outras em curso. Gosto muito de ver a Escola Secundária finalmente intervencionada e também um investimento contínuo na atividade turística da Cidade e do Concelho e, essa atividade turística traz investimento e receita aos estabelecimentos de comércio, restauração, hotelaria e isso potencia o comércio e traz receita indireta para o Município também. Sendo eu praticante de canoagem há muito anos é com agrado que vejo a criação, finalmente, de uma Estação Náutica na Albufeira do Azibo, algo que sempre teve sentido fazer-se há muitos anos, tendo em conta as condições ambientais, climatéricas e também de segurança para a prática das várias modalidades desportivas e amadoras que é possível fazer. Finalmente foi concretizado por este Executivo o qual parabeno. Infelizmente no passado tivemos a oportunidade de criar não só uma Estação Náutica, mas podíamos ter tido aqui um Centro de alto rendimento que foi para o Pocinho mas nunca é tarde demais e poderá fazer-se mais um esforço e o futuro o dirá. Mas elencando, porque não é só o Centro Náutico que se vai fazer, a criação do Centro a par de outras iniciativas como a continuação da construção da ciclovia, a reativação do Clube de Parapente permitem também contribuir para que Macedo se torne também num centro de turismo saudável e sustentável. Ainda na categoria do desporto e, enquanto jovem, não posso deixar de saudar o Executivo pela atual iniciativa de construir um Campo de Paddel e um Campo Sintético, que acho que vamos ficar com umas das melhores infraestruturas, senão, a melhor do Distrito a esse nível e, isso também demonstra o investimento que se faz na Saúde e no bem-estar dos nossos jovens, em especial, mas também no resto da comunidade macedense.”

-----  
**FÁTIMA RAQUEL EUSÉBIO COSTA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Na qualidade de Presidente recém-eleita da Freguesia de Vale de Prados permita-me abordar um problema antigo da minha Freguesia, a falta de saneamento básico na Arrifana. Problema que infelizmente o orçamento, hoje aqui, em apreciação não resolve, e sendo certo que também o Plano Plurianual de Investimentos nada prevê. É certo que a situação se arrasta desde sempre ainda assim, é hora de atender a uma necessidade básica e urgente desta população. O que se passa na Arrifana é uma questão de salubridade e saúde pública em plena paisagem protegida da Albufeira do Azibo. Apelo por isso a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para a gravidade da situação e que avalie da possibilidade de uma eventual revisão orçamental e das Opções do Plano que contemple verba para o saneamento da Arrifana, ou, não sendo tecnicamente possível, que no orçamento para o ano de 2023 a Arrifana não fique uma vez mais esquecida. Em segundo lugar e, no que toca também ao abastecimento de água, gostaria se possível de ver esclarecido se as verbas inscritas no orçamento para a renovação de redes a Freguesia de vale de Prados será contemplada com algum investimento nas infraestruturas, pois já desde que tomei posse, houve falhas no abastecimento por 4 ocasiões, algumas delas por períodos bastante prolongados. Por último, Senhor Presidente apelo também que no que toca à gestão das verbas previstas em orçamento para a construção de acessos e arruamentos que não se

esqueça do troço da Rua da Albufeira em Vale de Prados, que se encontra em terra batida e que serve de acesso não só a habitações, mas também a uma Empresa e Armazéns e Estaleiros de outros dois trabalhadores por conta própria. Falo sem exagero de uma das ruas mais movimentadas de Vale de Prados, onde se deslocam diariamente residentes, trabalhadores, fornecedores e clientes e que merecem por certo outras condições de circulação que neste momento, manifestamente não têm.” -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que disse: “ Mais uma vez e, na sequência dos anos anteriores, volto a reiterar a falta, por parte de câmara municipal, em contactar neste caso o CDS e também o outro Partido, agora também com assento nesta Assembleia e refiro-me ao UPM, para a elaboração deste orçamento. Estabelece a Lei 24/98 que no direito da oposição, as forças partidárias que se encontram representadas na Assembleia Municipal e que não estão no Órgão Executivo terão de ser ouvidas para a elaboração do orçamento, situação que não tem acontecido apesar de já ter sido lembrada, em anos anteriores. Não vou elencar ponto por ponto relativamente a estes documentos que nos foram apresentados mas acho que aqui temos de fazer um exercício de responsabilidade e de rigor na apreciação dos mesmos. O que nos permite avaliar este documento tem por base uma pergunta: onde estamos, como Macedo está e para onde precisamos de ir? Tendo por base a riqueza do concelho, ou seja, o índice de poder de compra associado ao mesmo, a estrutura das nossas Empresas e a movimentação da nossa população este executivo responde com linhas estratégicas para um futuro deste concelho e que passa pela melhoria da organização dos serviços com a criação inevitável de mais postos de chefia e contratação de mais recursos humanos. Ou seja, fazendo as contas por alto no concelho somos cerca de 14 mil habitantes, sendo que a câmara possui mais de 300 funcionários. Visto isto teremos um funcionário para cerca de 37 habitantes. Qual é o rácio que futuramente o Senhor Presidente quer alcançar? É que o senhor Presidente diz-nos que para melhorar a gestão terá de contratar mais pessoal. Será que a contratação de mais pessoal vai fazer com que o nosso concelho se desenvolva? Deixo esta reflexão. Finalmente, o senhor Presidente fala de um Plano Estratégico de Investimento mas cujas prioridades assentam nos fundos externos disponíveis para o efeito, ou seja, não existe um Plano concreto e adaptado à realidade de Macedo mas sim de acordo com o que os fundos comunitários que existem ou que venham a existir será dada preferência a essa realidade e não a um Plano concreto que Macedo possa precisar. O desenvolvimento económico necessita de investimento, atrair empresas, criar emprego, um emprego cria riqueza e por sua vez a riqueza vai criar bem-estar. Ora, vertendo esta equação para os dados apresentados, onde é que fica o desenvolvimento económico deste concelho? “-----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Senhor Presidente da Câmara dizer-lhe que fiquei surpreendido por estar contemplada a minha Freguesia e agradeço-lhe por isso mas, desde já dizer-lhe que acho este orçamento demasiado curto para a generalidade das Freguesias. A delegação de competências nas mesmas iria reduzir as assimetrias, iria dar mais independência às mesmas, por isso espero que o Sr. Presidente numa próxima alteração feita em breve, tenha em conta o que foi votado na reunião da



Handwritten initials and signature in the top right corner.

Assembleia de 30 de abril de 2021 e aprovado por larga maioria (50 votos em 61 possíveis), nomeadamente pela bancada do PS e pelo seu líder de bancada na altura. A Lei que o Sr. Presidente referiu sobre o aumento da despesa é a chamada "Lei Travão", que se designa pela diminuição do exercício da iniciativa legislativa dos Deputados e Grupos Parlamentares durante o período de execução orçamental não poderem aumentar a despesa. Entendo que em 2021 não tenha feito uma revisão ao orçamento por causa da delegação de competências, não entendo que não tenha inserido essa proposta neste novo orçamento. Pelas razões atrás enumeradas não posso votar a favor, porque basta de andarmos de mão estendida, é necessário criar condições para a independência das Instituições." -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Como todos devem ter conhecimento este é um documento previsional e fiquei satisfeito com o forte investimento que vai ser feito no principal problema da Autarquia que é a água, e neste momento já começamos a ter “uma luz ao fundo do túnel” e por este facto deixo os meus parabéns ao Executivo. Há também a substituição de veículos, a Educação dotada com 700 mil euros, a proteção civil e uma grande aposta na Zona Industrial. No meu entender é o orçamento possível, é de continuidade mas também tem alguma novidade. É um orçamento de rigor, melhor na gestão dos recursos do Município, o plano estratégico de investimento e as freguesias que espero que depois sejam contempladas. Quando me refiro ao rigor quero lembrar que chegamos a votar aqui orçamentos que nem nas receitas nem nas despesas havia a contabilização da água, nem no que dizia respeito ao que a câmara tinha de pagar nem tão pouco ao que tinha de receber, e esses orçamentos foram aprovados pela assembleia municipal. A dívida é presumível que a 31 de dezembro esteja no valor de 2 milhões 129 mil euros, o que perfaz a amortização de 1 milhão de euros. Pretendo dar os parabéns ao Partido Um Novo Rumo Um Novo Caminho (PSD) porque os seus vereadores na câmara municipal votaram favoravelmente este documento. Dizer também que por tal ato muito me espanta agora que a bancada do PSD se vá abster. Relativamente às Freguesias foi aumentado em muito as verbas, o FEF da minha freguesia (Vilarinho de Agrochão) era de 29 mil euros, anuais e já vai em 19 mil euros do apoio extraordinário. Sobre algumas considerações no que diz respeito ao Azibo, foi aprovado no ano passado nesta Assembleia fazermos parques de estacionamento para a câmara poder retirar de lá algum dinheiro. Sou um dos que concordo com essa medida e a câmara está a fazer esse trabalho. Quanto à Freguesia de Corujas dizer aqui que esta já foi abandonada no tempo do Executivo PSD, ou seja durante 16 anos. Estar contemplada neste orçamento é uma questão de justiça.” -----

**ANDREIA ISABEL MORAIS EUGÉNIO (PSD)** – Que disse: “ esta minha intervenção vai ser breve resumindo-se ao porquê da aldeia de Chacim não ter qualquer verba que se possa apreciar no orçamento municipal? Gostaria muito de ver esclarecida esta situação, até porque a povoação de Chacim se vai questionar pelo facto de não ter qualquer apoio municipal nas obras pretendidas para o ano de 2022. Quero dar um voto de confiança áquilo que foi dito pelo Senhor Presidente na sua primeira intervenção sobre as aldeias que não foram contempladas no orçamento, que vinha depois a ser refletido no orçamento. E para terminar, gostaria que a

Freguesia de Chacim não fosse esquecida a nível cultural, quando algum evento possa aí ser realizado.” -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Fez a seguinte intervenção: “Exmos. Senhores. Os mais jovens Macedenses nasceram num concelho que há 30 anos, ininterruptamente, perde população, vê as portas do emprego a fecharem-se sucessivamente. Assiste a um concelho, salvo raras exceções, em declínio económico e comercial, que não consegue, como antes conseguia, afirmar-se positivamente perante os seus vizinhos. Os mais jovens Macedenses e os seus pais habituaram-se a ver num conjunto diminuto de instituições e na Câmara Municipal, sempre a Câmara Municipal e nas suas diferentes ramificações, a única escapatória de emprego e de garantia para permanecerem neste concelho. Assim foi no passado, assim foi no mandato anterior e assim será, pelos vistos, com a concordância do maior partido da oposição, vá lá saber-se porquê... dizíamos, assim será nos anos vindouros, com 2022 a ser já o próximo exemplo. Concordamos que se resolva definitivamente a situação dos professores do município, há tempo demais e injustificadamente em situação precária. O mesmo dizemos relativamente à situação dos assistentes operacionais que há anos deambulam em programas do Centro de Emprego entre a Câmara Municipal e Paisagem Protegida e antes na Associação Geopark... E isto, Sr. Presidente da Câmara, era escandaloso. Um mau exemplo que o Município tem vindo a dar para a sociedade e que finalmente acabará. -----

Mas, Sr. Presidente é grave olharmos para a provisão de lugares no Mapa de Pessoal, e percebermos exatamente quem são os destinatários de alguns desses lugares... Ora seja para quem se candidatou a uma determinada junta, ou para aquele que integrou a lista a esta assembleia... Enfim, favores políticos. E, se por agora será fácil, Sr. Presidente, dizer-nos que estamos enganados neste reparo, daqui a uns tempos lá veremos o que acontecerá. -----

O que também não deixa de ser grave, é a mentira que foi alimentada com o quadro de pessoal afeto à Associação Geopark, aquando da extinção desta, a quem sempre deram totais garantias de estabilidade, mas só agora o vão fazer, finalmente. Recordamos, Sr. Presidente: sempre defenderam que a integração automática destes trabalhadores na Câmara Municipal era admitida legalmente, parece-nos que a provisão de lugares que agora fazem para o mapa de pessoal da autarquia é a assunção de que estavam enganados. Não há mal nenhum em reconhecerem isso. -----

No dia em que for possível a Macedo de Cavaleiros dar o salto económico, com a captação de investimento e geração de emprego, será possível Sr. Presidente, deixarmos de olhar para a Câmara como a grande empregadora do concelho. E isso seria sinal de vitalidade económica que a câmara deveria procurar promover. -----

Deixem-nos também dizer-lhes, Sr. Presidente e membros desta assembleia, que manter uma política de juntas de freguesia debaixo dos longos braços da Câmara Municipal, desculpem-nos, mas não dá garantias de crescimento de médio prazo. Defendemos que deve ser promovida uma delegação de competências efetiva, com uma condizente compensação financeira pela Câmara - aliás foi no mandato anterior aqui votada uma, de 50% do FEF, que



*C. Cab. J. M.*

não se vê replicada neste orçamento municipal. Só essa delegação garante que os Srs. Presidentes de junta não andem sempre de mão estendida na câmara. Só assim haverá autonomia das instituições. Era isso porque todos deveriam lutar. -----

A atual política de dependência e de mendigaç o das Juntas relativamente   Câmara não traz futuro às populações. Um mapa de investimentos nas freguesias, deveria traduzir apostas de desenvolvimento económico. O mapa que aqui nos   trazido (e reconhecemos que se trata de uma tentativa de transparência, louvemos isso), mas, dizíamos, s  resolve problemas imediatos, problemas que acreditamos que possam ser urgentes, não questionamos... Mas parece que andamos sempre aqui a entreter o povo com minudências, com alargamento de cemiter ios, de muros de suporte... Desculpem, mas isso são coisas de gestão corrente das freguesias, que devem sair dos orçamentos próprios das juntas. Sabemos que temos l  mais coisas, sim, a Igreja de Podence, finalmente o saneamento de Nozelos ou Grad ssimo, o largo de Pinhovelo, mas também temos recupera o de escolas onde não há alunos, e de parques infantis onde não há crianças. Não estamos aqui para sermos politicamente corretos, se estivéssemos, não teríamos aceitado integrar uma lista independente. Mas, como nos conhecemos todos e todos gostamos da nossa terra, pedimos-vos desculpa por exteriorizarmos esta opinião, mas se todos em conjunto pensarmos bem, que medidas de futuro, de apoio   economia e potencia o do crescimento demográfico emanam das freguesias? -----

Este concelho tem definitivamente de pensar-se além do curto prazo e desta política de satisfa o imediata. Exige-se mais dos Srs. Presidentes de Junta, como também se exige mais do executivo que deve deixar de alimentar esta política de agradar ao Presidente de Junta para com ele contar na hora de garantir mais meia dúzia de votos. Também se exige mais da oposi o, que deve servir para chamar a aten o de quem tem o poder executivo. Respondam-nos da forma como quiserem, critiquem-nos com as palavras que queiram utilizar, nós estamos aqui para vos dizer: se continuarem assim, daqui a uns anos serão muitos menos os Macedenses que vocês representam e governam. E, mais uma vez desculpem, nós deveríamos lutar por sermos os maiores entre muitos e não os maiores entre poucos. -----

Sr. Presidente, partir para uma renova o alargada da rede de água, seja ao nível das infraestruturas, seja ao nível do software de gestão, como aquele que vocês apresentam neste orçamento, e que aliás nós também o defendemos no nosso programa para Macedo,   sem d vida uma medida de longo prazo. Merecer o sempre o nosso elogio pela coragem de a assumir e ainda mais com a sua implementa o no terreno. -----

De igual forma o fomento empresarial, com as interven es na Zona Oficial, mas sobretudo com a requalifica o projetada para a Zona Industrial e a toponímia, com 190.000 . Com certeza que veremos corrigidos, definitivamente, os problemas do piso, veremos a cria o dos passeios e teremos sinalética publicitária para as empresas. -----

Também   medida de médio prazo e extraordinariamente importante o vosso projeto, com o qual concordamos e que urge implementar, de expansão da Zona Industrial. A verba inscrita para aquisi o de terrenos, deixa antever que não se ficarão pelos projetos e pelas plantas.

Sim senhor, avancem! Mas, Sr. Presidente, não podemos deixar de lhe perguntar: onde está o condomínio industrial? Onde está o edifício central de serviços da Zona Industrial? Aquele onde teríamos a Escola de Negócios. Aliás, esta Escola de Negócios passa completamente ao lado deste plano de investimentos que vocês propõem, é pura e simplesmente esquecida! E a incubadora de empresas, seja ela a BLC3 ou outra mais dinâmica? E a tal nova candidatura de centenas de milhares de Euros, com uma série de promotores/empreendedores para se alojarem nessa incubadora de empresas? Onde temos a tão prometida e necessária Plataforma Logística Regional? Neste orçamento não estão os seus alicerces. E também podemos perguntar: onde andam as multinacionais anunciadas? Onde podemos encontrar o Conselho Económico, que, e muito bem, foi prometido anteriormente, e que poderá ser importantíssimo para a conseqüente diplomacia e prospeção económica? Sr. Presidente, digníssimo executivo, caros membros desta assembleia, ou se dá o "pulo", ou a nossa Zona Industrial não passará, essencialmente, como até aqui, de um local para o qual, os empresários de Macedo deslocalizam as suas empresas de outras zonas do concelho, sem a tão necessária criação de emprego. -----

Sr. Presidente, deve ter a coragem de promover uma política de dinamismo para esta cidade. Só com uma cidade pujante, conseguiremos almejar a um concelho forte. Arriscamos a que nos responderá com todo o conjunto de requalificações que muito bem está a ser levado a cabo na cidade, mas, honestamente, além do Parque da Cidade e talvez da Estação, da Central de Camionagem e do Mercado Municipal, tudo não passa de cosmética que dará uma face mais urbana e moderna da cidade, indubitavelmente, mas que não nos garante desenvolvimento económico. Já agora, para uma cosmética diferente, aproveitem a dotação prevista na sinalização, para resolverem de vez a intermitência dos semáforos. -----

Precisamos de políticas económicas Sr. Presidente. A ligação de Macedo ao Azibo é fundamental. Todas as candidaturas autárquicas o assumiram. Este projeto da Ecovia, com uma dotação de 230.000€ é essa ligação, Sr. Presidente? Esta ecovia será efetivamente uma ligação da cidade ao Azibo, permitindo a deslocação de viaturas e turistas, ou é só mais uma via ambiental, onde os condicionalismos de mobilidade se manterão e não permitirá esse afluxo de gente à cidade? E se é uma verdadeira ligação de Macedo ao Azibo por Vale de Prados, Sr. Presidente, onde estão previstos os atrativos turísticos para este lado do Azibo? Uma praia em Vale de Prados, complementados com outros pontos de interesse? Pois, ter uma ligação e não ter atrativos, no final das contas não representará nada. E sim, a projeção de um Welcome Center, anunciado para o Café do Lago, portanto, do lado de lá, é persistir numa política que afasta o Azibo da cidade. -----

Tudo o que já foi feito no Azibo no lado de lá, foi bem feito e deve ser preservado. Deve continuar a ser mantido, se possível com o menor custo. Mas, vários anos depois de sempre ouvirmos a retórica de que a cidade não tem o devido aproveitamento da pérola que é o Azibo, é chegada a hora de mudarmos o paradigma e apostarmos em políticas viradas para o lado de cá. Tem de ser Sr. Presidente, comecem já hoje!... Já ontem era tarde, Sr. Presidente. -----



lij  
cel.  
jan

Vemos neste orçamento uma dotação sem comparação no Desporto, principalmente para a construção dos campos de padle, basket, Centro Náutico e Sintético, mas não vemos uma política pensada de crescimento desportivo, de formação de jovens, de grandes eventos desportivos, uma internacionalização de Macedo pela via desportiva. Quatro anos se passaram, o Sr. Presidente dirá que já construíram os campos no Azibo (do lá de lá, lembre-se), que tivemos 2/3 torneios de vaidades, a corrida da liberdade, o Challenge Aziborne, mas é tudo muito incipiente. As coisas são “mal amanhadas”, parece mais que são feitas para se dizer que se fazem, do que enquadradas numa política de desenvolvimento desportivo e de afirmação da marca Macedo, por esta via. Não criticamos estas realizações, mas Sr. Presidente, vocês precisam de cativar parceiros privados que profissionalizem estas e outras organizações, onde incluímos a Feira da Caça, por exemplo. Parceiros que deem dimensão a estes eventos e visibilidade ao nosso concelho. Custam dinheiro, sim, custam, mas todos ficaríamos a ganhar. -Não podemos deixar de olhar para as verbas atribuídas aos Clubes Atlético e Grupo Desportivo Macedense. O primeiro com 50.000€ e o segundo com 25.000€. O segundo, recorde-se, anda numa segunda divisão, o patamar inferior à divisão maior do futsal nacional. Não descurando a necessidade de investimento no futebol, não seria Sr. Presidente, a hora de arriscar procurar uma entrada pela primeira vez numa primeira divisão nacional? ----- Economia é também agricultura, Sr. Presidente. Deixamos o nosso elogio para a manutenção do apoio ao combate aos agentes bióticos e abióticos, sabendo que todo o investimento nunca será suficiente. No entanto, muito bem, vocês não viram as costas, estão apostados neste aspeto em ajudar os agricultores. Mas Sr. Presidente, na sanidade animal, 31.250 mil euros, corresponde a quanto 60, 70% do investimento total dos criadores de gado? Para quando o apoio a 100%? ----- E relativamente ao regadio, continuamos sem nada? ----- Desculpem, cada um sabe de si, mas não parece normal que o PSD que, tal como nós, defendeu um interessante plano de charcas para minimizar constrangimentos na irrigação, vote a favor de um orçamento que, nesta matéria, lhe passou completamente à margem. Não parece normal que o maior partido da oposição, que se focou imenso na campanha no mundo rural, que apelidou os agricultores como “os seus agricultores”, vote favoravelmente um orçamento que pura e simplesmente ignora o desenvolvimento agrícola... Um orçamento que na rubrica “Funções Económicas-Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca” afeta uns míseros e insignificantes 184 mil Euros ----- Que visão estratégica de desenvolvimento económico é esta que ignora a agricultura enquanto setor vital para o desenvolvimento socioeconómico do concelho? E reparem, algo não está certo quando sem um modelo de desenvolvimento agrícola delineado se propõem a dotar o mapa de pessoal do gabinete da agricultura com mais um quadro técnico... É a definição de políticas de desenvolvimento que levam à contratação de pessoal técnico e não o pessoal técnico que levará à definição de políticas. ----- Este é, assim, um documento que reflete a falta de visão, de ambição e de arrojo de que tanto carece este concelho. Não é mais que um documento que demonstra a astúcia deste executivo

que sabiamente soube enrolar a oposição, sem lhe dar margem de manobra. Não é mais que um documento que reflete uma Geringonça à moda de Macedo, cozinhada pelo PS e que serve em travessa fria o PSD, satisfazendo não todos, mas apenas muito poucos comensais Macedenses. -----

É por isso que a bancada do Unidos Por Macedo não poderá votar favoravelmente este documento. Várias razões havia, como vemos, para o reprovar, mas estando nós em início de mandato, reconhecendo os aspetos positivos que este executivo propõe avançar, tal como se premeia o esforço do aluno no final do período com a nota “3” para o motivar e lhe prometendo o 4 ou 5 se corrigir as suas falhas para os períodos seguintes, nós iremos Abster-nos nesta votação.” -----

**MIGUEL AFONSO GOMES REIS (PSD)** – Que disse: “ Pretendo aqui deixar o meu desagrado ao senhor Presidente da Câmara pelo facto de nos últimos 4 anos, embora com um Executivo diferente, os apoios à freguesia de Corujas terem sido sempre zero e neste primeiro orçamento deste novo executivo mantém-se tudo igual. Não sei se é por desconhecimento ou por não terem noção mas, Corujas é uma das freguesias que está mais degradada, e falando na água não podendo comparar Macedo a Corujas ou vice-versa, mas falando em metros/quilómetros de tubagem e litros perdidos quase me atreveria a dizer que Corujas é das freguesias do concelho que mais água perde. Na campanha eleitoral do PS foi distribuído um panfleto, e eu quero acreditar que as pessoas que prometem fazem e eu, particularmente tenho o Senhor Presidente como um homem de palavra, e que irá cumprir até porque os habitantes da minha freguesia também pagam os seus impostos à câmara, e por esse motivo gostava de saber porque razão não somos contemplados com nenhuma verba no orçamento “ -----

**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Que disse: “ A minha análise ao Orçamento é política e quero dizer que as eleições já lá vão e tudo aquilo que os Partidos se propunham a fazer já foi sufragado e portanto, na minha opinião, já não adianta estarmos aqui sempre a falar no mesmo. Relativamente à questão de se pretender fazer aqui uma oposição forte e construtiva para ajudar a esta governação, registaram-se aqui duas intervenções de Deputados do PSD em que uma delas dizia que já chegava de obras e a outra questionava para quando as próximas obras, não conseguindo perceber qual é a coerência política destas intervenções, quando da mesma bancada apresentam dois pontos de vista completamente diferentes.” -----

**LUÍS MANUEL COSTA RODRIGUES (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O que me traz aqui hoje, e pela primeira vez, é que gostava de saber, e gostava que o Sr. Presidente me explique aqui publicamente porque motivo a minha Freguesia (Vale Benfeito) fica esquecida no orçamento. Já falou aqui hoje que todas as freguesias são prioridade mas isso não tem sido verdade, pelo menos no que toca à freguesia de Vale Benfeito. Pergunto ao senhor Vereador Rui Vilarinho se não se lembra do requerimento que lhe foi entregue em mão no dia 26 de outubro, e disse que estava entregue em boas mãos, e eu acredito que tem umas boas mãos. Mas faço esta pergunta porque o Sr. Vereador veio dizer que eu não pedi nada para o ano de 2022 mas, a mim diz-me que o requerimento está na sua posse. Gostava ainda que alguém me



celo.  
ju

explicasse o porquê desta deliberação de punir Vale Benfeito. Sei que o Orçamento é um documento de gestão da câmara e é claro que vou ter de o respeitar, no entanto vou ter de votar contra porque é a minha vontade e de todos os cidadãos de Vale Benfeito. Senhor Presidente se refere sempre honestidade e transparência não faça uma represália para comigo. Estão sempre a dizer que eu não peço nada mas que eu saiba Vale Benfeito pertence ao concelho e não ando a fazer pedidos aos concelhos vizinhos, além de que tenho feito vários pedidos à câmara, até pedi apoio para o arranjo de uma viatura que sofreu danos originados pela tampa de um saneamento no dia 09-10-2020, num valor que para a Junta é dinheiro mas que se calhar para a câmara, com um orçamento de 29 mil milhões, 795 euros, não é nada, e até hoje ainda não foi resolvido, mesmo tendo insistido com o Sr. Vereador Rui Vilarinho e me ter dito que já deu ordens à Contabilidade para fazer o pagamento. E Sr. Presidente desculpe o meu atrevimento mas acho que a Contabilidade da Câmara não está a funcionar bem, pois se tem ordens para pagar e já se passaram uns largos meses e o dinheiro ainda não chegou, ou, então, pergunto será que receberam mesmo essas ordens? Até me foi dito por telefone que para Vale Benfeito paralelos não é prioridade. Por isso podem dizer que eu não peço nada, mas expliquem-me porque razão Vale Benfeito fica esquecido e como pode o Sr. Presidente afirmar que todas as freguesias são tratadas com igualdade e neste orçamento exclui 6 freguesias do concelho. É verdade que no ano passada foi dada uma verba a Vale Benfeito, é público, não posso negá-lo. Mas porquê? Porque era ano de vésperas de eleições. Pedi 5 mil euros e foi-me respondido – dou-te 10 mil e vais connosco. Agora, por não ter aceitado este convite, não castiguem as pessoas de vale Benfeito porque elas não merecem.” -----

**MARIA ADELAIDE SERRA CARVALHO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Dado que é a primeira vez que participo ativamente na discussão do Plano e Orçamento para o nosso concelho e, porque não estou ainda bem familiarizada com os trâmites do debate, quero acreditar na decisão daqueles que são mais experientes, como é o caso dos Vereadores que aprovaram por unanimidade este Plano e Orçamento. Sendo assim, e por uma questão de coerência, o meu voto será favorável ao Plano e Orçamento que nos é apresentado.” -----

**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** – Que disse: “ Não me sentiria bem comigo próprio e não seria um digno Presidente eleito, senão apresentasse a minha consternação pela verba atribuída há minha Junta de Freguesia que foi nula. E, relativamente ao investimento na cidade que o Sr. Presidente mencionou na apresentação deste documento não pode esquecer que as localidades de Travanca e Nogueirinha fazem parte da Junta de Freguesia de Macedo e não estão contempladas com nenhum investimento e perguntava porquê, para quando esse apoio e para quando a tão falada delegação de competências?” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder à intervenção do Deputado Municipal Daniel Pires dizendo que a receita que provém do Turismo, dos Caretos e do Carnaval de Podence não é fácil de quantificar mas posso garantir que é uma grande receita.

Quanto às chamadas pernoitas curtas de acordo com os dados, Macedo é a que regista o número mais elevado e isto gera receitas indiretas em impostos e taxas, como é por exemplo o caso dos alojamentos, restauração e comércio, justificando obviamente os índices económicos e financeiros e a integração de Empresas entre as 500 maiores de Trás-os-Montes muito bem posicionadas e que toda a gente conhece. No que diz respeito ao Azibo e aos Parques de Estacionamento, já aqui foi referido estimamos que se o parecer da CCDRN for favorável poderemos obter boas receitas do mesmo, tendo em conta a quantidade de viaturas que passam pelo Azibo na época estival e obviamente que estamos a apostar cada vez mais nesta vertente turística. Relativamente às várias apreciações aqui feitas por parte de vários Deputados da página 26 no item “outros” com o valor de 700 mil euros isto está previsto na Lei Orçamental e que se refere ao somatório de vários itens que podem ser consultados no próprio orçamento. Relativamente às despesas questionou sobre os dos estudos e pareceres (163 mil euros) a câmara para poder submeter as Candidaturas tem de ter os projetos já elaborados, e nos anos anteriores o problema era não existirem os projetos, neste momento esta questão está acutelada e para isso é necessário ter este dinheiro. -----

O Deputado Municipal Luís Cabeceiro falou no desperdício da água, e sobre essa questão já aqui foi dado conhecimento do forte investimento que a câmara está a fazer, nomeadamente recorrendo a candidaturas e aproveitou para me dirigir ao Presidente da Junta de Freguesia de Corujas para lhe dizer que, a sua Freguesia está contemplada com um projeto de 200 mil euros. Quanto à questão do custo dos recursos humanos talvez não tenham ideia que no final do ano de 2017, havia mais cerca de 10 funcionários do que existem atualmente e é evidente que aqui também vai pesar a questão das transferências de competências (funcionários das escolas) mas podem ficar com a certeza que o dinheiro gasto com os recursos humanos é bem empregue porque estamos a potenciar, valorizar e a qualificar os mesmos porque de facto são necessários e estamos a ter funcionários que vão para a reforma, muitos deles indiferenciados e nós neste momento estamos a apostar em quadros diferenciados para as necessidades que a câmara tem que são várias, e não estamos a fazer favores políticos como aqui alguém referiu, e a prova disso é que temos recrutado pessoas das várias quadrantes políticas, porque aqui o que mais importa é a competência e portanto não há concurso que seja ultrapassado. ---

A intervenção do Deputado Municipal José Madalena sobre o erro técnico dizer-lhe que, tive oportunidade de lhes mostrar o quadro já com a devida correção. Quanto ao Parque da Cidade e os maus cheiros da ribeira que o atravessa, esta questão faz parte da Candidatura ao Fundo Ambiental a requalificação da dita ribeira, já está identificadas as proveniências dos maus cheiros, corrigidas a maior parte delas, neste momento surgiu um foco adicional mas já estamos em negociações para podermos resolver de forma a podermos ter ali um curso de água limpo. Sobre o corredor verde de Vale de Prados está previsto no orçamento com a verba de 230 mil euros, mas a nossa vontade é aumentar essa verba, pois para nós é uma prioridade cumprir as normas ambientais e ao fazer-se um acesso até ao Azibo por Vale de Prados, estamos a criar condições para que as pessoas venham até à cidade, deixem as suas viaturas e eventualmente, fazer-se também a ligação com veículos elétricos de grande mobilidade que



*Handwritten signatures and initials*

podem ser contemplados nas candidaturas ao fundo ambiental a 100%. Quanto às freguesias que não foram contempladas com verbas neste orçamento como é por exemplo o caso da de macedo, dizer que o grosso do investimento seja em pavimentos, material urbano, intervenções em jardins muitas delas são feitas pelo Município tendo a Junta de Freguesia muito pouco a fazer nestas áreas. Quanto a Nogueirinha foram feitas intervenções, contudo iremos conversar e certamente dotar as aldeias da periferia da Cidade que queremos que tenham boas condições. Relativamente a Castelãos não foi dotada com uma verba muito significativa, mas lembro que foi feita uma intervenção de alto valor como não era feita há dezenas de anos (ligação Vilar do Monte até ao Cruzamento de Grijó). Pretendemos fazer o máximo e estamos a apostar nas freguesias mas lembro que, tivemos um imprevisto que custou à Autarquia 800 mil euros com a expropriação de um terreno para o Parque Urbano da Cidade, que nos obrigou a optar e tivemos de o fazer tendo em conta as situações, mas isto não quer dizer que não vamos continuar a apostar em Castelãos, mas como fizemos há pouco tempo um investimentos nós optamos por contemplar outras freguesias. Para Corujas já referi que está mapeado e vão ser gastos cerca de 200 mil euros para reabastecimento de água que vai contemplar também o pavimento. É verdade que em campanha eleitoral disse que era uma vergonha e inadmissível o que se estava a passar em Corujas, os desperdícios de água são enormes e portanto carece de uma resolução de fundo e profunda. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vale Benfeito assumiu aqui um papel de zangado, mas apraz-me aqui dizer que na única conversa que ambos tivemos quando o questioneei o que era necessário para vale Benfeito, respondeu que não precisava de nada, que apenas precisava de uma rua, e o que se passou depois na proposta que fizeram desconheço, contudo acredite que tudo que forem pedidos razoáveis para bem e melhoria das aldeias vamos aceitá-los. -----

Relativamente a Chacim fizemos há bem pouco tempo algumas intervenções que apesar de não serem muito avultadas, num próximo orçamento irão certamente ser contemplados, ou eventualmente numa Revisão. -----

Na intervenção do Deputado Municipal Duarte Dias gostei que focasse todos os programas de desporto principalmente os ligados à água pois este Executivo está a apostar fortemente no Desporto e Turismo Náutico. O Centro Náutico vai ser uma realidade tal como a prática da canoagem juntamente com programas de Ensino, nomeadamente do IPB e não só. Falou-se também aqui da reativação do Parapente, é verdade que é uma aposta e só não tem tido mais desenvolvimento devido ao COVID e efetivamente é nossa intenção apostar fortemente no Turismo sustentável e saudável, e por isso é que temos tantos corredores com ecopistas, sendo nossa intenção apostar na do Azibo. No desporto temos apostado na formação não só do Clube Atlético mas também do GDM. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Raquel Costa informar que, Arrifana está também no nosso horizonte, iremos apostar de imediato no abastecimento de água e a Rua da Albufeira era para nós uma prioridade, mas não avançou por causa do período de campanha, mas essa pavimentação irá ser executada, até para dar continuidade depois à Ecopista e para nós é uma prioridade. -----

Sobre a intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes dizer-lhe que estamos aqui para os ouvir e de facto queremos ouvi-los a todos, queremos e aceitamos os vossos contributos. Este ano foi efetivamente um ano atípico, difícil de gerir a elaboração do orçamento e esperamos que no próximo orçamento todos tenham bons contributos, como tiveram os Vereadores do PSD que não só contribuíram com ideias para o orçamento como o votaram favoravelmente porque acima de tudo em primeiro lugar esteve Macedo e os macedenses. É um exemplo e agradeço publicamente a colaboração que têm tido sempre com uma postura elegante e com muita elevação. No que diz respeito à gestão que temos feito e aos recursos humanos e postos de chefia dizer que esta nova organização, faz todo o sentido e os novos postos de chefia que foram criados assenta no facto de a Divisão Social precisar de ter uma outra dimensão em resultado da assunção de competências na área do Ensino, para além deste facto pretendemos dar uma outra dimensão e dignidade às chefias e apostar em mais competência e mais qualificação. Relativamente ao desenvolvimento económico do concelho, queremos continuar a criar riqueza não só pelos itens financeiros mas também pelo crescimento das Empresas, que no retorno contribuem para os impostos com alta dimensão a nível regional. ---- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins, já dei a explicação dos 800 mil euros dos terrenos do Parque da Cidade. -----

Quanto à intervenção do Deputado Manuel Mico no que diz respeito às perdas de água informar que, a aposta nos contadores inteligentes com a telegestão e monitorização cuidada em vários segmentos da cidade só no mês passado recuperamos 40% das perdas. -----

No que diz respeito à intervenção da Deputada Municipal Andreia Eugénio relativamente ao facto de contemplar Chacim não só na parte estrutural mas também na parte cultural, dizer-lhe que o executivo estará sempre disponível para colaborar, à semelhança do que vem sendo habitual. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Jorge Olaio dizer que, foi muito extensa parecendo mesmo um manifesto eleitoral mas quando se refere à perda demográfica alertou que, Macedo nos últimos 10 anos foi o 3.º Município do Distrito que menos população perdeu. Sobre a questão dos favores políticos dizer que não é verdade. Estamos efetivamente a criar postos de trabalho em função das necessidades e para colmatar lacunas que se registaram nos executivos anteriores, e os últimos recrutamentos que fizemos têm-nos dado excelentes resultados e estamos a incrementar trabalhadores mais diferenciados. Sobre o geoparque quisemos contrariar a precariedade e dar maior credibilidade internacional a esta Associação, daí termos feito a sua integração no Município. A captação de emprego é complicada e dizer que a última empresa que se quis fixar em Macedo teve todo o nosso apoio, mas quando foram ao IEFP à procura de funcionários não conseguiram interessados que permitissem a laboração desta Empresa que era uma fábrica de calçado. Quanto às compensações financeiras às freguesias, além dos GAC'S (Gabinetes de Apoio ao Cidadão) têm sido celebrados acordos de parceria onde fica previsto que uma percentagem (20%) da receita relativamente a determinados serviços prestados, reverte de imediato a favor das mesmas. A plataforma logística regional! não é fácil pois há muitos interessados, mas na verdade Macedo tom todas



G. ces.  
fran

as condições e era o local ideal tendo em conta a confluência de grandes vias com potencialidades para chegar à Europa mais rapidamente, do que qualquer outro lugar e fazia todo o sentido tê-la aqui. Há efetivamente vários concorrentes, mas não desistimos e continuamos a lutar por ela. A nossa política é também como as vossas intenções e os vossos manifestos eleitorais, é de dinamismo e a prova disso está na construção civil, na restauração que já estão a dar sinais de recuperação económica. Temos apostado muito na política desportiva e já tivemos jogos de internacionalização, seleções a jogar em Macedo (seleção de Espanha de Futsal, torneio do Futebol de Praia) e estamos em todo o lado a apostar na formação, pois o desporto é saúde e bem-estar para os jovens. Na agricultura e no regadio, concretamente no regadio já fizemos um estudo para todo o concelho que é credível, e já foi apresentado numa Assembleia e a barragem que é a mais exequível do porto de Moraes que tem um rácio de rendimento económico mais favorável já se encontra mapeada na Direção Geral da Agricultura, num valor de 18 milhões de euros. -----

Ao Deputado Miguel Reis dizer que o abastecimento de água a Corujas está previsto, mapeado e já está no fundo ambiental e é uma das prioridades deste Executivo para ser executado. -----  
Agradecer a intervenção do Deputado Municipal Manuel Carvalho que considero oportuna e muito assertiva. -----

Ao Deputado Municipal Luís Rodrigues reforçar que Vale Benfeito não está esquecido. -----  
Quanto à intervenção da Deputada Municipal Adelaide Carvalho, fiquei muito satisfeito pela isenção e pela compreensão que o executivo está a trabalhar por todos, e agradeço esse sinal positivo e de solidariedade para com o executivo. O mesmo digo ao Deputado Municipal Sérgio Borges, isto é, pode contar connosco. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 39 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais: Miguel Reis e Luís Rodrigues e 20 abstenções dos Deputados Municipais: Andreia Eugénio, Betina Gonçalves, João Luís Salsas, Carlos Maceda, David Martins, Daniel Ramos Pires, Maria da Assunção Gemelgo, Cláudio Trovisco, Maria José Moreno, Domingos Vaz, José Madalena, Lília Silva, Margarida Parra Pires, Carlos Lourenço, Jacinta Lopes, Amâncio Rocha, Luís Cabeceiro, Beatriz Pires, Manuel Olaio e António Vila Franca, com base no disposto no n.º 1, alíneas a) e o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2022. -----**

Fizeram declaração de voto.

**DANIEL FILIPE ESPIRITO SANTO RAMOS PIRES (PSD)** – “ Um Grupo Parlamentar é um Grupo eclético, vivemos em democracia e como tal não somos autocratas. Neste Grupo também existem várias sensibilidades individuais, como foi aqui explicado diversas vezes, que são os interesses dos Presidentes de Junta e dos seus “fregueses”, e como tal, achamos que o caminho mais óbvio e menos afrontoso seria abstermo-nos mas, com a ressalva de que

havendo um retificativo para as 5 freguesias que ficaram em branco terão o nosso voto a favor.” -----

**JOÃO LUÍS DIOGO SALSAS (PSD)** – “ Absteve-me por uma única razão. Acho que não foram acauteladas as prioridades das freguesias.” -----

**PONTO 2.10 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ €99.559,58 POR ANO ECONÓMICO / PROPOSTA** -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ €99.559,58 POR ANO ECONÓMICO / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 10-12-2021, que se transcreve. -----

“ O artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação - (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), estatui que a assunção de compromissos plurianuais, “independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Todavia, de acordo com o previsto no n.º 3 do mencionado artigo, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere o artigo 22.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, ou seja, 99.759,58€, a Assembleia Municipal pode delegar no Presidente da Câmara a competência para autorizar esses compromissos. -----

Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

Considerando que, atenta esta factualidade e ainda a celeridade, eficiência e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal; -----

Considerando, ainda, o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua reação atual e artigo 44.º do CPA, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da citada Lei n.º 8/2012 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----



*Cij* *cab*  
*fin*

1. Aprovar submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal ou a sua reprogramação, durante o ano de 2022, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados. -----

2. Solicitar à Assembleia Municipal para que este órgão: a) Ao abrigo do artigo 6.º, n.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, delegue no Presidente da Câmara a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais, decorrente de contratos não previstos no número anterior, desde que esses encargos não excedam o limite de 99.758,98€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de 3 (três) anos; b) Delegue no Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que os compromissos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e em conformidade com o regime da despesa pública, até ao montante permitido por lei, com faculdade de subdelegar nos Srs. Vereadores em regime de tempo inteiro. 3. Que delibere, ainda, a Câmara Municipal prestar informação regular à Assembleia Municipal da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou, aprovar a proposta nos termos formulados e submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar nos termos apresentada, a proposta da Câmara Municipal. -----

**PONTO 2.11 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA m), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 10-12-2021, que se transcreve. -----

**“I – ANTECEDENTES** - -----

No âmbito do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a assembleia municipal, em sessão realizada a 27-12-2017, aprovou a reorganização dos serviços municipais, tendo sido publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro de 2018, a qual sofreu, entretanto, alterações, tendo a última ocorrida em finais de 2020 e publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2021. -----

**II - ENQUADRAMENTO LEGAL** -----

A presente proposta tem enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o qual estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais e respeita os limites estabelecidos pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais), diploma que procedeu a adaptação, à Administração Local, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado. -----

### **III – MOTIVAÇÃO** -----

As empresas assim como as instituições são dotadas de individualidades que as distinguem umas das outras. Essas individualidades podem destacar-se, entre outros, em vários aspetos: níveis de eficiência e eficácia, estrutura física, estrutura organizacional, níveis e linhas de poder. O que motiva esta alteração? Desde logo, a perspetiva própria de organização da atual liderança municipal, ou seja, a forma como os atuais responsáveis máximos desta instituição vêm a organização no seu todo. Cada um terá um modelo organizativo, um conceito próprio de organização. Isto, só por si, é motivo bastante para, dentro dos limites legais e racionais, justificar a motivação do, ora, proposto. Todavia, não é esta A que MAIS pesa. O que motiva a presente proposta resulta do conhecimento adquirido ao longo do mandato anterior, corrigindo, com esta proposta de estrutura, situações menos eficientes e eficazes na atividade dos serviços municipais. Justifica, também, esta alteração a delegação de competências que o município tem vindo a aceitar, as quais, na estrutura atual sobrecarrega uma ou outra unidade orgânica, tornando-a menos eficiente. A qualidade, a responsabilização, a competência, a eficácia que pretendemos imprimir nos serviços exige a criação de uma estrutura mais compartimentada. É nesta perspetiva que se justifica a criação de mais unidades orgânicas face à estrutura anterior. Estamos em crer que a criação destas estruturas trarão maior eficiência, maior racionalidade e operacionalidade dos serviços municipais em prol da população que servimos. -----

### **IV – ESTRUTURA ORGÂNICA EM VIGOR** -----

A estrutura orgânica em vigor assenta em: -----

- i) Quanto ao modelo de estrutura orgânica, numa estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis; -----
- ii) Quanto ao número máximo de unidades orgânicas nucleares, está definida num único departamento municipal dirigido por titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau; -----
- iii) Quanto ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis, está definida em nove unidades, sendo que seis são dirigidas por titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau e três por titular de direção intermédia de 3.º grau; -----
- iv) Quanto ao número máximo de subunidades orgânicas, estão definidas dez subunidades, dirigidas por coordenadores técnicos. -----

### **V – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Para cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e no estrito cumprimento da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, pelas razões de facto e de Direito ante enunciadas, submeto a apreciação da Câmara Municipal, a fim de ser remetida à próxima



li  
co-  
fin

sessão da Assembleia Municipal, para aprovação, a seguinte proposta de estrutura orgânica para os serviços municipais da Câmara Municipal: -----

a) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se adote o modelo de estrutura hierarquizada previsto no artigo 9.º, n.º 1, alínea a) do mesmo diploma legal, assente em unidades orgânicas nucleares e flexíveis. -----

b) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea b) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprove a estrutura nuclear assente em duas unidades orgânicas, denominando-se de Departamento Municipal de Administração e Finanças e Departamento Municipal de Obras e Gestão Urbanística. -----

c) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea c) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se limite em 9 unidades orgânicas flexíveis, sendo sete providas por titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau e duas providas por titulares de cargo de direção intermédia de 3.º grau. -----

d) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea d) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se mantenham as subunidades orgânicas providas, dirigidas por coordenadores técnicos, em número de 10.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos, a proposta do Presidente da Câmara, submetendo-a a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Que disse “ Nós naturalmente, estando fora do Executivo e não tendo a perceção real das necessidades, vamos dar o benefício da dúvida que efetivamente isto corresponde às reais necessidades do Município em termos de estrutura orgânica e correspondentemente do Mapa de Pessoal que foi aprovado. No entanto, permita-se que lhe diga que olhando para este organograma diria que faria diferente no que diz respeito à Unidade de Finanças. Vejo a Secção de Água e Gestão de Frota juntas e quanto a mim a Gestão de Frota estaria mais enquadrada na Unidade de Finanças que trata da Secção de Contabilidade, Secção de Atendimento ao Público e Secção de Património. Esta é a minha sugestão.” -----

**DANIEL FILIPE ESPIRITO SANTO RAMOS PIRES (PSD)** – Que disse “ Antes de me referir ao ponto em apreciação o 2.11 faria dois pontos prévios que vão no sentido de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara para que não se deixasse substituir nas respostas aos Srs. Deputados que muito gostam de o ouvir. Seria também importante que os Srs. Deputados ao invés de questionarem ou parabenizarem o executivo, não viessem a este palanque comentar o que os outros Deputados disseram e tirar ilações do que foi dito, quando não é esse o papel que lhes compete. Advertia também para o perigo de trazer textos escritos há alguns dias, porque não se sabe previamente a votação dos Grupos Parlamentares e depois às vezes esses textos tornam-se desatualizados como aconteceu aqui pelo menos num caso. -----

Relativamente ao ponto 2.11 dizer que salvo raras exceções e há estudos que o demonstram os Municípios do Interior, são sempre transversalmente os maiores empregadores dos

concelhos e, essa é a nossa realidade e é assim em quase todo o lado, o que representa uma ausência de empregadores privados ou criação de postos de trabalho por privados. Ao fim de contas um sinal de interioridade e de desertificação. Mas se o Município tende a alargar o organigrama e a “engordar” o povo tendemo-nos a aproximar mais dos valores de subdesenvolvimento, mantendo e agravando o facto de o Município ser de longe o maior empregador do concelho. Além de que, se o concelho contrai a nível populacional não se entende que o município alargue em termos de organigrama. No Anexo II e na página 8 e seguintes fala-se em 7 Unidades Orgânicas Flexíveis de 2.º Grau, 2 de 3.º Grau, 10 Subunidades Orgânicas, 10 Gabinetes, 9 Divisões, múltiplas Secções e Setores. Vendo como eu vejo de uma distância longínqua parece-me, sem ter certezas, uma estrutura demasiado pesada num navio de cruzeiro muito exigente de manter, um povo de muitos braços. Mas, quem vê de perto, quem está dentro pode achar o contrário, poderá até achar que se justifica, poderá até olhar para o facto e achar que fica bem a determinada pessoa. Voltando à visão longínqua que é a minha, olho para o executivo e denoto um quadro de pessoal demasiado, com estruturas intermédias múltiplas e diversificadas que se fosse um exército diríamos que há muitos Generais e Majores para poucos Sargentos e Cabos, pois como tal não se justificaria haver jardins secos e maltratados no verão, haver contentores de lixo a transbordar, haver fugas de água à sexta-feira à tarde que só são socorridas segunda-feira de manhã. Proporia assim, que num futuro breve, se não fosse possível no imediato, houvesse uma redação denominada pacto de regime entre os dois maiores partidos para a estratificação de um organigrama isento e equilibrado que sirva os mais nobres interesses do concelho, do município e dos munícipes para que não se altere sempre que haja eleições, para que não se altere sempre que o vento muda de direção e para que não se altere para ajustar ou agradar a maiorias, mantendo um município eficaz, rápido a agir, equilibrado e ajustando-se à população que serve e que mantenha ao longo dos anos. “ -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 49 votos a favor e 12 abstenções, deliberou aprovar nos termos apresentada, a proposta da Câmara Municipal de Alteração da Organização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros. -----**

**PONTO 2.12 – COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º, 2.º E 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, QUE ADAPTA, À ADMINISTRAÇÃO LOCAL, A LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----**



Handwritten initials and signature: "G" and "CWB" above "f2".

“ COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º, 2.º E 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 10-12-2021, que se transcreve. -----

“ - Considerando que a nova estrutura orgânica contempla a necessidade de promover os respetivos procedimentos concursais com vista ao provimento dos cargos dirigentes previstos, em concreto, cargo de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau; -----

- Considerando que o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais, determina que o júri do procedimento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal; -----

Considerando os critérios vertidos nos n.ºs 2 e 3 do citado artigo e diploma legal, proponho, à Câmara Municipal, que o mesmo seja composto pelas seguintes personalidades: -----

Presidente: - Paulo José Gomes Monteiro Praça, Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM -

Vogais: - dois docentes da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (ESACT) do Instituto Politécnico de Bragança, a designar, com formação académica na área da Gestão Pública e Recursos Humanos. -----

Mais proponho que, caso a presente proposta mereça aprovação, seja remetida, à assembleia municipal, para aprovação.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de composição do Júri de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Grau do Município de Macedo de Cavaleiros e, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, submetê-la apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria com 60 votos a favor e 1 abstenção, deliberou designar o júri de recrutamento para cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau, do Município de Macedo de Cavaleiros, os elementos indicados na proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

**PONTO 2.13 – ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / ATRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“ ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE 1.º E 2.º GRAU DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 10-12-2021, que se transcreve. -----

“ - Considerando que a atual estrutura orgânica prevê e estão preenchidos cargos de direção intermédia de 2.º grau; -----

Considerando que a nova estrutura orgânica do Município de Macedo de Cavaleiros prevê o provimento de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus; -----

Considerando que o artigo 24.º, n.º 1 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que regula o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais, determina que aos titulares daqueles cargos podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central; -----

Considerando que a atribuição de despesas de representação é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de serem abonadas despesas de representação a todos os titulares dos cargos acima referenciados que venham a ser providos, para o mandato autárquico 2021-2025, aplicando-se efeitos retroativos ao início deste mandato aos atuais titulares em funções. -----

Mais proponho que, caso a presente proposta mereça aprovação, seja remetida à assembleia municipal para aprovação.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abono de despesas de representação a todos os titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus que venham a ser providos, para o mandato autárquico de 2021-2025, aplicando-se efeitos retroativos ao início deste mandato aos atuais titulares em funções e, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por maioria, com 60 votos a favor e 1 abstenção, deliberou, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, aprovar a proposta de abono de despesas de representação a todos os titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus que venham a ser providos para o mandato autárquico de 2021/2025, aplicando-se efeitos retroativos ao início deste mandato aos atuais titulares em funções.- -----

### **PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-** -----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, deu conhecimento que tinha na Mesa um pedido do munícipe Rui Manuel Rodrigues Vaz, que pretende falar sobre a Regionalização. -----

**RUI MANUEL RODRIGUES VAZ** disse o seguinte: “ Dizer-lhes em primeiro lugar que é uma enorme satisfação para mim estar aqui nesta casa que é afinal a casa que representa a democracia representativa do nosso concelho. É uma satisfação que sinto e que senti ao longo



*Handwritten signature*

de muitos anos enquanto deputado municipal, satisfação enquanto vereador e satisfação agora, enquanto simples macedense presente no público. Ainda há bem pouco tempo estávamos em disputa eleitoral e hoje devemos estar aqui todos em defesa intransigente dos interesses do concelho, obviamente no respeito pela diversidade e pluralidade de ideias e opiniões. Aquilo que me traz aqui é um assunto que por coincidência já aqui foi falado duas vezes e tem efetivamente a ver com Regionalização. Enquanto regionalista convicto tive a oportunidade de o manifestar publicamente na altura da discussão em 1998 aquando do Referendo, enquanto pessoa política na altura, e enquanto Presidente da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros. Tive a oportunidade de enquanto Presidente do NERBA reunir com o então Presidente da NERVIR, saudoso amigo Eng.º Coutinho que reunimos para discutir a questão da Regionalização num aspeto extremamente importante e que aqui foi focado que é “como é que a Regionalização vai ser vista em termos de Região Norte”. E aquilo que de facto na altura nós discutíamos era que era necessário que as forças vivas do Distrito de Vila Real e Bragança se unissem no sentido de criarem aquilo que nós os dois iríamos transmitir às forças vivas que iríamos reunir connosco na altura, aquilo que nós designávamos de Norte Interior. Porque a Zona Norte, enquanto zona administrativa só nos servirá para uma coisa – transferir o centralismo de Lisboa para o centralismo do Porto. Portanto na altura nós apontávamos também uma ideia para apresentar a toda essa gente e a todas essas Instituições que era que a zona norte interior tivesse como sede administrativa e tivesse como parlamento regional Mirandela pela simples razão de 1º. Ser o centro geográfico destes dois Distritos e depois porque eliminava logo à partida a disputa de Vila Real e de Bragança. Era um propósito que nós tínhamos que “morreu” porque entretanto eu saí do NERBA, faleceu o Eng.º Coutinho e portanto é uma ideia porque estão em eleições, o tema Regionalização está na berlinda e eu deixo aqui um desafio para que as forças vivas do nosso Distrito e aqui, peço ao Sr. Presidente da Câmara que enquanto membro da CIM e em colaboração com outras Instituições do Distrito se juntem a Vila Real e façam efetivamente força para que a haver Regionalização não fiquemos dependentes do centralismo do Porto. Este é o desafio que aqui queria deixar.” -----

**APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco, dois ponto seis, dois ponto sete, dois ponto oito, dois ponto nove, dois ponto dez, dois ponto onze, dois ponto doze e dois ponto treze. -----

**Eram vinte horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----

Camilo Lourenço

Filipe Santos

Leonor Marques